



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DÉBORAH LÚCIA SANTOS DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA CONTRIBUIR  
COM A ANÁLISE CRÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Recife  
2022

DÉBORAH LÚCIA SANTOS DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA CONTRIBUIR  
COM A ANÁLISE CRÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da prof<sup>a</sup> Dra. Flávia da Silva Clemente como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: FLÁVIA DA SILVA CLEMENTE

Recife

2022

Melo, Déborah Lúcia Santos de.

A importância da perspectiva interseccional para contribuir com a análise crítica do assistente social / Déborah Lúcia Santos de Melo. - Recife, 2022.

115

Orientador(a): Flávia da Silva Clemente

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2022.

Inclui referências, apêndices.

1. Interseccionalidade. 2. Raça, Gênero e Classe. 3. Serviço Social. 4. Feminismo Negro. 5. Questão étnico-racial. I. Clemente, Flávia da Silva. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

DÉBORAH LÚCIA SANTOS DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL PARA CONTRIBUIR  
COM A ANÁLISE CRÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da prof<sup>a</sup> Dra. Flávia da Silva Clemente como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 11/11/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Flávia da Silva Clemente (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Tatiane Michele Melo de Lima (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

*Dedico esse trabalho ao meu avô, que sempre estará presente em cada passo que eu der, porque me recordo de cada momento em que ele disse acreditar em mim. E por isso, hoje eu também acredito.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à espiritualidade por sempre estarem ao meu lado, emanando luz e amor em todos os momentos, me orientando durante a produção desta pesquisa. Sou grata a minha avó por todo o carinho e amor do mundo durante toda a minha vida, além das suas infinitas orações por mim. E ainda, por mesmo sem formação alguma, ter sido a minha maior professora, me ensinando o que graduação alguma seria capaz de me ensinar. À minha mãe por ser inspiração para mim em todos os meus passos, por ter trazido luz em meus caminhos e por me dar colo e acalento nos meus momentos difíceis. Essa conquista é nossa.

Sou grata também ao meu pai por ter me ensinado a valorizar os meus estudos e me incentivar a continuar mesmo quando eu achava que não conseguiria. Aos meus irmãos por serem pessoas que eu tenho orgulho de partilhar a vida e por terem acreditado em mim. Vocês me motivam a ser melhor. Agradeço a minha noiva por ter sido a pessoa que acompanhou toda a elaboração da minha monografia, que nunca me permitiu desacreditar e me reafirmava diariamente que eu iria concluir esse trabalho com êxito, além de ter me ouvido discutir o mesmo assunto por meses, apaziguar as minhas diversas crises de ansiedade e me oferecer todo o apoio do mundo. Eu realmente não teria conseguido sem você.

Agradeço a minha melhor amiga por me inspirar, me motivar e, mesmo de longe, demonstrar o quanto torce por mim. Você é um símbolo de força e garra, minha irmã. Sou grata aos meus cunhados, que são como dois irmãos adotivos. Vocês são maravilhosos. Gratidão a minha avó do coração, Vana, por sempre compreender meus horários noturnos e por me forçar a comer quando eu estava totalmente focada no trabalho. Quero também expressar minha gratidão a minha mãe no Santo, por toda a compreensão durante a formulação desta pesquisa, assim como, aos meus irmãos no Santo pela parceria e preocupação.

À minha orientadora, Flávia, por toda a paciência e compreensão, além da sabedoria indescritível desta mulher que admiro tanto. À minha amiga Renata por todo o direcionamento durante a graduação, gerando uma parceria bonita que levarei comigo. E a todos meus amigos que estiveram nessa caminhada árdua e longa, em especial: Allicia, Larissa, Matheus, Milena, Rebeka e Vanessa.

Porque meu é tiro certo e vai chegar direto na sua  
hipocrisia

O papo é reto, eu vou te perguntar

Cê me responde se cê aguentar, guria

Quantas vezes você correu atrás de um ônibus

Pra não perder a entrevista?

Chegar lá e ouviu um

"Não insista,

A vaga já foi preenchida, viu

É que você não se encaixa no nosso perfil"

Quantas vezes você saiu do seu apartamento

E chegou no térreo com um prato de alimento

Pra tia que tava trampando no sinal

Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal  
de fome?

Quando foi que cê parou pra perguntar o nome

E pra falar sobre seu ativismo?

Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre  
o seu

Fe-mi-nis-mo?

Música "De Dentro do Ap" — Bia Ferreira

## RESUMO

Esse trabalho foi constituído utilizando o método teórico-metodológico do feminismo negro, entendendo sua construção e trazendo autores relevantes em discussões acerca desta temática, que ressaltem a importância da interseccionalidade como perspectiva de análise, percebendo que apenas através dela o assistente social pode ter uma visão realista da sociedade, entendendo suas particularidades e estruturas. O presente estudo apresenta como objetivo geral: evidenciar a relevância da perspectiva interseccional para a análise crítica do profissional de Serviço Social; enquanto para concretização deste propósito, possui como objetivos específicos: caracterizar a perspectiva interseccional; debater sobre o feminismo negro; investigar as contribuições da perspectiva interseccional para a análise crítica do assistente social. E ainda, a monografia tem como norte a seguinte pergunta: “Como a perspectiva interseccional pode contribuir para a análise crítica do assistente social?” A pesquisa é bibliográfica e documental, analisando os anais publicados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2018, visto que o ENPESS de 2020 não foi realizado por conta da pandemia de COVID-19, como maneira de investigar contribuições teóricas de estudiosos que utilizam esta ferramenta de análise, além de documentos que abordem o feminismo negro e conceitos que enobrecem a elaboração desta pesquisa. A pesquisa é qualitativa, pois tem a finalidade de perceber sistemas de opressão e as estruturas sociais, analisando o comportamento humano e suas relações, trazendo aspectos históricos e culturais. O método a ser utilizado no presente trabalho é o de análise de conteúdo, dado que o objetivo é investigar como a interseccionalidade vem sendo discutida nos últimos anos, inserindo a perspectiva interseccional e fazendo relação com a análise crítica do assistente social.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Feminismo Negro; Serviço Social; Gênero, Raça e Classe.

## ABSTRACT

This work was constituted using the theoretical-methodological method of black feminism, understanding its construction and bringing relevant authors in discussions about this theme, who emphasize the importance of intersectionality as a perspective of analysis, realizing that only through it the social worker can have a vision realistic society, understanding its particularities and structures. The present study has as its general objective: to highlight the relevance of the intersectional perspective for the critical analysis of the Social Work professional; while to achieve this purpose, it has the following specific objectives: to characterize the intersectional perspective; debating black feminism; to investigate the contributions of the intersectional perspective to the critical analysis of the social worker. And yet, the monograph is guided by the following question: "How can the intersectional perspective contribute to the critical analysis of the social worker?" The research is bibliographical and documentary, analyzing the proceedings published at the National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS), in 2018, since the 2020 ENPESS was not carried out due to the COVID-19 pandemic, as a way of investigating theoretical contributions of scholars who use this analysis tool, in addition to documents that address black feminism and concepts that ennoble the elaboration of this research. The research is qualitative, as it aims to understand systems of oppression and social structures, analyzing human behavior and its relationships, bringing historical and cultural aspects. The method to be used in the present work is the content analysis, given that the objective is to investigate how intersectionality has been discussed in recent years, inserting the intersectional perspective and relating it to the critical analysis of the social worker.

**Keywords:** Intersectionality; Black Feminism; Social Service; Gender, Race and Class.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O FEMINISMO E O DEBATE RACIAL</b>	<b>12</b>
2.1	O SURGIMENTO DO FEMINISMO	12
2.2	A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO FEMINISMO FRENTE ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO	20
2.3	ORIGENS E SURGIMENTO DO FEMINISMO NEGRO	25
<b>3</b>	<b>INTERSECCIONALIDADE: FERRAMENTA ANALÍTICA DAS OPRESSÕES</b>	<b>34</b>
3.1	ORIGEM E DEBATE DA INTERSECCIONALIDADE	34
3.2	INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RECORTES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE	45
<b>4</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL E A INTERSECCIONALIDADE</b>	<b>55</b>
4.1	A QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL	55
4.2	A IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NA ANÁLISE CRÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS	64
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>79</b>
	<b>APÊNDICE A — ARTIGOS QUE VERSAM ACERCA DA INTERSECCIONALIDADE, MESMO QUE DE FORMA INTRODUTÓRIA</b>	<b>92</b>
	<b>APÊNDICE B — ARTIGOS QUE ABORDAM CATEGORIAS DE GÊNERO, RAÇA E/OU CLASSE</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa fundamenta a relevância da perspectiva interseccional para contribuir para a análise crítica do assistente social, o que conseqüentemente enriquece as estratégias da atuação profissional deste, demonstrando a sua importância para a formação do assistente social, considerando que este profissional tem a questão social - as desigualdades advindas do modo de produção capitalista, que como veremos, é resultante da questão racial - como objeto de estudo e área de intervenção, o que também engloba o sistema patriarcal em que estamos inseridos, sendo assim, imprescindível o estudo e análise interseccional. Além disso, apresenta uma concepção que promove reflexões que abordam principalmente determinantes sociais como: gênero, raça e classe, o que, novamente, justifica a escolha do tema de pesquisa e a importância indiscutível da interseccionalidade como ferramenta analítica.

Além disso, esta monografia tem como objetivo geral evidenciar a relevância da perspectiva interseccional para a análise crítica do profissional de Serviço Social; apresentando como objetivos específicos para alcançar essa finalidade: caracterizar a perspectiva interseccional; debater sobre o feminismo negro; investigar as contribuições da perspectiva interseccional para a análise crítica do assistente social.

Esta pesquisa foi constituída utilizando o método teórico-metodológico do feminismo negro, entendendo sua construção e trazendo como principais referenciais teóricos: Akotirene (2019), Almeida (2019), Carneiro (2003, 2005, 2020), Cisne (2015, 2021), Collins (2017, 2019, 2020), Crenshaw (1997, 2004), Davis (2016, 2018), Duriguetto (2014), Gonçalves (2018), Gonzalez (1982, 1984, 1988, 2020), Hirata (2014, 2018), Hooks (2014, 2015, 2018), Iamamoto (1998), Kergoat (2012), Lugones (2008, 2014), Martins (2013, 2018), Marx (1989, 2005), Munanga (2003, 2004), Netto (2009), Oliveira e Lisboa (2015, 2018), Pateman (1993), Quijano (2005), Saffioti (2013, 2015, 2017), Vergès (2020).

O presente trabalho discorre e ressalta as contribuições e a magnitude da interseccionalidade como ferramenta para fomentar a análise crítica dos assistentes sociais, destacando a importância do feminismo negro para reformular as bases teóricas do Serviço Social.

Para isso, o trabalho está dividido em três capítulos, onde o primeiro aborda o feminismo e a inserção do debate racial; o segundo versa acerca da

interseccionalidade como ferramenta analítica para perceber as estruturas das opressões; e o terceiro para debater em torno do Serviço Social e da Interseccionalidade, ratificando que esta enriquece e soma ao debate marxista para uma melhor intervenção do assistente social.

O feminismo, que tratava as mulheres como universais, tornou-se insuficiente para explicitar a realidade das mulheres negras, considerando que este era pensado por mulheres brancas e de classe média. Por isso, as mulheres negras fundaram o feminismo negro, para expressar e reivindicar suas próprias demandas. Através disso, o feminismo decolonial, que será discutido posteriormente, tornou-se uma lente que possibilita avaliar as lutas e os movimentos sociais de maneira unificada, combatendo o sistema e as suas estruturas de poder, como um todo. (VERGÈS, 2020)

A interseccionalidade, que será tratada aqui, tenta se desvencilhar da sua constituição como um "conceito" para que seja utilizada como uma ferramenta de análise, examinando, de maneira mais minuciosa, a sociedade. Além disso, reitera a sua importância com o Serviço Social, que busca uma intervenção mais equitativa, visto que a perspectiva interseccional possui "[...] certo compromisso com a justiça social influenciou historicamente grande parte da investigação e da práxis crítica da interseccionalidade." (COLLINS e BILGE, 2020, p. 47)

A formação da sociedade brasileira, que conta com um período escravocrata e colonial, precisa discutir e aprofundar o seu conhecimento sobre a questão étnico-racial, que permite uma maior aproximação das bases estruturais que permeiam o corpo social, sendo estas patriarcais, coloniais, racistas, sexistas, capitalistas, cristãs e heteronormativas. Dessa forma, o debate interseccional vem desconstruir as formulações e construções problemáticas na esfera social, reafirmando o seu valor para o assistente social como profissional que precisa combater as diversas formas de discriminação e opressão, intervindo no seio da questão social e oportunizando um cenário mais acolhedor para os seus usuários, aproximando-se das suas demandas e experiências, para que assim, possa auxiliar a classe trabalhadora no processo de transição da classe em si para a classe para si. (BRAZ, 2012)

## 2 O FEMINISMO E O DEBATE RACIAL

### 2.1 O SURGIMENTO DO FEMINISMO

O capítulo pretende explicitar acerca das estruturas patriarcais, coloniais, sexistas e capitalistas, demonstrando como estas desigualdades e estruturas de poder estão conectadas e são inerentes à sociedade. Dessa forma, evidenciando sobre o feminismo, que, primeiramente, é baseado nas vivências das mulheres de classe média; bem como, no que concerne às relações sociais de exploração e dominação das mulheres pelos homens; além de tratar da origem do feminismo negro e da sua primordialidade para compreensão da organização social.

A sociedade é formada por um contrato originário que sobrepõe a imagem do homem acima da figura da mulher. Diante disso, tal pacto gera a relação de dominação do gênero masculino sobre o feminino, além de oferecer aos homens os corpos femininos como propriedade. Dessa forma, nota-se que, socialmente, a mulher é subordinada ao homem, assim como, vista como objeto de satisfação para atender as necessidades pessoais e sexuais do homem. Por isso, o contrato é não só social como sexual, onde a figura feminina é vista apenas como propriedade, de maneira objetificada. Diante disso, destaco a seguinte citação que aborda, com maior completude, sobre esse contrato:

O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. As versões tradicionais da teoria do contrato social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação de que metade do acordo está faltando. A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância do sexual — o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal. (PATEMAN, 1993, p. 15-16)

Sendo assim, é evidente que esse contrato gerou uma desigualdade, não só em questão do gênero, mas em todos os âmbitos, inclusive, quanto ao acesso aos bens sociais. Isso cria uma estrutura de poder e dominação das mulheres pelos homens, a qual conhecemos por “patriarcado”. Dentro desse sistema patriarcal, os

gêneros<sup>1</sup> trazem consigo papéis sociais bem elaborados, onde a mulher precisa ser doce, calma, gentil, frágil, necessitada de cuidados e proteção masculina, além de vulnerável, e geralmente tem sua imagem atrelada ao lar e à maternidade; enquanto o homem é forte, corajoso, responsável pela segurança de sua mulher, assim como, o encarregado do sustento da casa e de sua companheira, onde, segundo Saffioti (2015, p. 37-38), “[...] este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição da virilidade.”

Diante disso, é necessário afirmar que a ideologia patriarcal é também violenta, pois da mesma forma que concede poder aos homens, faz com que eles se entendam como superiores às mulheres, e quando estas os “desobedecem”, visto que são consideradas suas propriedades, estes se sentem no direito de puni-las. E o patriarcado naturaliza essas relações problemáticas, que se reafirmam culturalmente, de geração em geração. Isto é, a sociedade é patriarcal, e conseqüentemente, machista e esses ideais deturpados estão intrínsecos no corpo social.

Como afirma bell hooks (2018), o homem considera que a violência é uma forma de instituir e preservar o seu poder e a soberania dentro dessa ideologia patriarcal e sexista. Por isso, a violência é naturalizada e pensada como ferramenta de controle social utilizada pelos dominadores para manter a ordem social.

Além disso, conforme a autora citada acima, ela afirma que: “Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social.” (ibidem, p. 76) Por esse motivo, a “cultura do estupro” foi enraizada através dessa naturalização e de ideais advindos dessa exploração e opressão do gênero feminino. Portanto, as ações e pensamentos problemáticos que foram alimentados por séculos contribuíram para justificar a sujeição da mulher, inclusive sexualmente, ocasionando estupros. A sociedade gerou o estigma de que o homem teria em sua natureza biológica o descontrole e fortes necessidades sociais, quase comparando-os a animais. E que, desse modo, eles seriam agressivos e as mulheres passivas.

Por conseguinte, as mulheres são ensinadas a não utilizarem vestimentas “ousadas” (curtas ou “provocativas”) e a evitar estar em situações que as deixem “vulneráveis”. Ou seja, as vítimas são culpabilizadas, enquanto o responsável sai

---

<sup>1</sup> Neste trabalho tratarei apenas do masculino e feminino, apesar de que hoje, é importante ressaltar que não estamos mais limitados à binaridade.

impune, visto que é considerado atitude “de sua natureza”. Na atualidade, de acordo com a Revista Veja (2022), as denúncias de estupro aumentaram 18,6% em 2022, com mais de 7 mil denúncias apenas nos cinco primeiros meses deste ano, onde quase 80% são crianças e adolescentes. Contudo, se o problema da violência sexual é causado pelo estuprador, surge a seguinte questão: por que, nós, mulheres, precisamos “evitar” sermos estupradas e os homens não podem simplesmente parar de nos estuprar?

Para entender melhor o porquê as feministas utilizam o discurso que envolve a questão cultural, pode-se considerar a seguinte citação:

O termo “cultura”, no seu uso costumeiro, tem uma dupla perspectiva: a de apontar a diversidade de valores que envolvem as relações sociais nas mais distintas sociedades, e a de reificar, endurecer e enrijecer o entendimento da dinâmica das relações sociais. (CAMPOS et al, 2017, p. 982)

Logo, para compreendermos essas relações sociais, é necessário que analisemos a posição destes sujeitos nas estruturas de poder.

Em outras palavras, as relações, mesmo as amorosas, são estabelecidas por cima de estruturas de poder, ideologias patriarcais e sexistas. Por isso, os relacionamentos entre homens e mulheres abarcam uma vinculação que envolve subordinação/sujeição e dominação/exploração. Conseqüentemente, temos a violência como ferramenta utilizada para conservação dessa subjugação idealizada e exercida há séculos. E, em vista disso:

[...] o feminicídio desponta como a expressão máxima da violência de gênero, quase sempre o produto final de uma série de privações, opressões e maus-tratos físicos, psicológicos e/ou sexuais pelas quais as mulheres são submetidas ao longo de suas vidas, perpetradas, em geral, mas não somente, por parceiros, ex-parceiros, familiares ou conhecidos da vítima. (LIMA, 2017, p. 5)

Muitas mulheres ainda são vítimas de feminicídio, o que encorajou movimentos como o “Nenhuma a menos”<sup>2</sup>, que pressiona o Estado para responsabilizar os criminosos pelos seus atos (agressões e/ou assassinatos contra a mulher), além de cobrar que sejam tomadas as devidas providências legais. Um exemplo disso é que, apenas aqui em Pernambuco, de acordo com os dados da

---

<sup>2</sup> Originalmente chamado de “Ni Una Menos” na Argentina, é um movimento feminista que atua contra os feminicídios. O primeiro ato ocorreu em 2015, após a morte de Chiara Páez, de apenas 14 anos, assassinada pelo seu namorado. Porém, apenas em 2016 o movimento teve repercussão em outros países, após a morte de Lucía Perez, de 16 anos, violentada, empalada e morta por dois homens.

Secretaria de Defesa Social, ocorreu um feminicídio a cada 4,5 dias somente nos primeiros seis meses deste ano. (Folha de Pernambuco, 2022)

Assim, para pensarmos o fim da violência, temos que considerar que ela está associada ao sexismo e ao patriarcado, visto que estes andam juntos. E apenas assim, seremos capazes de enxergar uma saída. Por isso, é necessário repensar e reformular tais relações sociais para combater a violência, seja ela sexual, física ou psicológica. (SAFFIOTI, 2015)

Desse modo, historicamente, em diferentes culturas, inclusive no Brasil, as mulheres não tinham direito de tomar suas próprias decisões, tendo que estar sempre de acordo com as vontades de seu pai ou de seu marido, que eram os responsáveis por elas. Ou seja, estas eram incumbidas de pedir permissão para os seus “encarregados”. E não tinham direito a estudar, trabalhar (isto aqui serve apenas para mulheres brancas e será melhor desenvolvido posteriormente) ou até mesmo à participação política.

Em outras palavras, a mulher era oprimida pela sociedade, pelo homem e até mesmo pelo Estado. Eram consideradas meros objetos, visto que a estrutura da sociedade oprime a mulher, seja na esfera social ou familiar. A submissão da mulher é uma ferramenta de opressão muito antiga, vigente desde os nossos antepassados. E, devemos considerar que, dentro do sistema econômico atual, com a divisão de classes, a mulher se encontra em um modelo econômico patriarcal capitalista, onde é continuamente explorada.

Sendo assim, a seguinte afirmação explicita essa realidade:

A mulher, desde os primórdios da humanidade, foi considerada inferior ao homem e taxada como submissa a ele. O patriarcado, com a dominação masculina no seio da sociedade, fez com que a mulher permanecesse por séculos como simplesmente a dona de casa, competente para os afazeres domésticos e para a reprodução. (CASTRO, C; CASTRO, A., 2016, p. 1)

Para além disso, temos também os valores cristãos, um fundamentalismo religioso responsável por definir o que é certo ou errado, promovendo ideologias e grande estigmatização, que teve grande influência quanto à construção dos princípios sociais, fundando uma ordem social com estruturas patriarcais e discriminatórias. Os cristãos, chamados assim por acreditarem em Jesus Cristo, — que seria o salvador do mundo, filho do próprio Deus —, estimam a Bíblia, um documento composto por vários livros, que é conhecido por conter os ensinamentos de Cristo. Desse modo, o

livro de Gênesis<sup>3</sup> relata sobre a origem da mulher, que seria resultado de uma das costelas de Adão, ou seja, proveniente do seu companheiro. Do mesmo modo, em Efésios<sup>4</sup>, no capítulo 5, temos um versículo que trata da obediência da esposa ao seu marido, além de reafirmar a autoridade que este tem sobre a sua mulher. Diante disso, a Igreja sempre naturalizou e justificou a inferioridade da mulher e sua subordinação ao homem, especialmente quando este é o seu pai ou o seu marido, além de ter se configurado como um instrumento de dominação patriarcal.

Outro ponto importante para abordarmos aqui é a Inquisição, conhecida por ter sido um "movimento religioso", contudo, na verdade, foi uma tentativa de conservar o poder e o saber masculino, além da autoridade e controle da Igreja Católica, perseguindo, principalmente mulheres que buscassem adquirir conhecimentos diversos, mas também qualquer indivíduo que fosse contrário aos ideais e dogmas impostos pela Igreja. Dessa forma, buscando a perpetuação do poder do clero, ocorreu a conveniente "caça às bruxas", onde eram submetidos às práticas de tortura variadas, como também às fogueiras todos aqueles que ameaçassem o domínio da Igreja, trazendo consigo a perspectiva de uma mudança de realidade. A inquisição ocorreu por meados dos séculos XII ao XVIII, e tornou-se uma espécie de perseguição e condenação ao gênero feminino, já que este era considerado "impuro". E ainda, o fato delas serem detentoras do saber acerca da natureza, para a Igreja, era configurado como bruxaria. Isto é, neste período eram reafirmados discursos ideológicos que desprezaram e desvalorizaram a figura feminina. (FREIRE; SOBRINHO; CONCEIÇÃO, 2006)

Conseqüentemente, desde essa época, todas as mulheres que se opõem aos papéis sociais bem formulados que estas precisam exercer são apontadas como amaldiçoadas, como mulheres com quem qualquer homem não gostaria e nem deveria se casar. Afinal, em um corpo social marcado pelo patriarcado cristão, branco e ocidental, a função de uma mulher é preparar-se para o seu casamento, visto que sua função é com seu marido e os seus filhos. Pois, diante da coletividade, era parte da natureza feminina a maternidade, assim como o seu dever com o lar.

---

<sup>3</sup> O primeiro livro da Bíblia, é responsável por narrar a criação do mundo, desde o princípio, pelo próprio Deus, através de uma perspectiva cristã.

<sup>4</sup> Um livro que teria sido escrito pelo apóstolo Paulo como uma carta aos cristãos de Éfeso, antiga cidade grega, enquanto este estava na prisão por seguir a Cristo.

Além disso, as mulheres não tinham direito à educação, dado que elas tinham o papel de servir ao seu marido e cuidar dos seus filhos, empenhada e dedicando-se também ao seu lar, que era o único lugar onde elas podiam e deveriam trabalhar. Porém, é necessário ressaltar que as mulheres negras não se enquadram nessas condições, visto que eram coisificadas, vistas como objetos e destituídas do seu gênero. Por outro lado, apenas os homens brancos tinham acesso à educação e à cidadania, principalmente porque eles eram os “chefes” de suas casas.

Outrossim, é imprescindível tratarmos do sexismo, já que o contrato originário, tratado anteriormente, também era de caráter sexual. Por isso, a mulher tinha o seu corpo objetificado, que visto como propriedade, dava direito ao seu marido de acessá-lo quando bem quisesse. Sendo assim, as mulheres eram tratadas como mercadorias por seus pais, que muito cedo, faziam acordos com outras famílias, conferindo sua filha a um rapaz que fosse proprietário de terras e bens para oferecer-lhe.

O gênero feminino, sempre tido como inferior, era visto como biologicamente subordinado, onde seu cérebro não era equivalente ao masculino, sendo atribuída uma imagem de “desvantagem natural”. Dessa forma, a mulher não tinha a capacidade de desenvolver funções mais elaboradas, pois eram “menos inteligentes”, inaptas para ocupar espaços que demandam maior intelecto. Consequentemente, a figura feminina era mãe e dona de casa, como pode-se perceber a seguir:

[...] tratava-se de uma educação moldada pelos ideais do patriarcado, que visava “educar”, para não dizer adestrar, mulheres para as aptidões maternais e do lar, já que as fêmeas só precisavam ser competentes nos serviços domésticos, maternos e matrimoniais. (AGUIAR; PAES; REIS, 2019, p. 4936)

Sigmund Freud, ainda hoje é um grande nome para a psicanálise, visto que foi o seu criador. E, temos uma imensa disseminação de suas contribuições, mas pouco é falado sobre seu caráter machista e misógino. Em suas obras, Freud pensa o gênero feminino como inferior, inclusive biologicamente, que justificaria o porquê a mulher permanece em uma posição subordinada e omissa. Além disso, ele analisa a mulher como um ser que deriva do principal, o homem. Ademais, uma das mais conhecidas teorias que ele buscou para explicar a “desvantagem” do gênero feminino, diz respeito à inveja do pênis, onde seria o órgão responsável pelo poder masculino, e a mulher lida com a ausência desde criança, onde deseja tê-lo e precisa aceitar a sua “inferioridade”. (SAFFIOTI, 2015)

Outrossim, as considerações filosóficas também trazem uma teoria misógina e patriarcal, dado que na compreensão dos filósofos, a mulher era um ser dotado de uma condição física e biológica inferior à do homem, onde o cérebro seria menor, e por isso, menos capaz. E ainda, afirmam que o ser feminino estava entre o corpo e a mente, e que por possuir beleza, não desenvolviam o intelecto. Diante disso, podemos destacar Kant, que declarou que para que as mulheres atingissem um aprofundamento em suas ideias, teriam que ser homens. De mesmo modo, Pitágoras, que atribuía a criação do homem às coisas boas, enquanto a criação da mulher estava ligada às coisas ruins e negativas. Assim como, Aristóteles reafirma a questão do cérebro feminino e a sua conseqüente incapacidade. (ANDRIOLI, 2010)

Além disso, pode-se examinar também Moebius, médico e neurologista alemão, que produziu estudos no campo da psiquiatria, e foi autor de um livro<sup>5</sup> que tratava a respeito da inferioridade e deficiência mental da mulher, que explora as faculdades mentais da mulher e do homem e as compara, de maneira misógina, propondo uma superioridade masculina biológica. E, ainda pior, os médicos buscaram utilizar esses estudos e essa teoria para provar a insuficiência dos ideais feministas e conseguir combatê-lo. (LOPES, 2010)

Por muito tempo, tínhamos um saber hegemônico, exclusivo dos homens brancos, e especialmente, dos europeus. O que, posteriormente, veio a ser chamado de eurocentrismo (ao qual retornaremos depois de forma mais aprofundada). Por isso, a educação e o conhecimento, além de exclusivos para o homem, eram também produzidos por homens. Isto é, as mulheres não conseguiam nem mesmo ter acesso ao básico da educação, muito menos seriam ponderadas como intelectuais ou possíveis teóricas, visto a discriminação e a desvalorização do gênero feminino.

O patriarcado é muito mais do que a dominação da mulher pelo homem, é também uma ideologia e ferramenta para conservar a autoridade e o controle, além disso, atende aos interesses das classes dominantes, e ainda, uma das expressões resultantes do capitalismo, que comercializa todas as relações sociais. Assim como, “[...] o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres.” (SAFFIOTI, 2015, p. 37)

---

<sup>5</sup> O livro tinha o título “La inferioridad mental de la mujer: la deficiencia mental fisiológica de la mujer”, que, em português, significa “Inferioridade da mulher: a deficiência mental fisiológica da mulher”.

As estruturas de poder são patriarcais, capitalistas e sexistas, e a mulher enfrentou e permanece enfrentando a desigualdade de gênero, oportunidades e papéis, lidando com ideais deturpados inerentes aos valores, crenças e cultura da sociedade. Por isso, ser mulher tornou necessária a reivindicação de sua posição social, assim como de seu direito, gerando a indispensabilidade de um movimento que respondesse por essas questões, o que hoje chamamos de “feminismo”. Socialmente, o feminismo é considerado como:

[...] um conceito de complexa definição, mas pode ser entendido como um movimento político-cultural de mulheres que lutam pela igualdade de direitos e pela libertação de valores associados ao patriarcado, visando ao empoderamento das mulheres diante de uma sociedade que é marcada fortemente pela existência de condições de desigualdade e opressão. (LIMA e CRUZ, 2021, p. 267)

Dessa forma, quando consideramos a forma como a nossa sociedade é estruturada, é insuficiente o discurso que afirma que as mulheres querem “liberdade” e direitos, porque seria incapaz de solucionar o real problema: as relações sociais e como elas se organizam. Ou seja, o feminismo combate o patriarcado, o sexismo, o machismo e o capitalismo. Mas, o movimento feminista ainda lida com a deturpação realizada pela mídia que insiste em corromper as teses feministas, abordando-as como “ódio” ao gênero masculino e a busca pela inversão dos papéis. Contudo, os homens podem se tranquilizar, pois as mulheres não buscam reparação histórica, e sim, equidade de gênero.

A partir disso, é imprescindível tratarmos acerca dos padrões estéticos impostos à imagem feminina. As mulheres são analisadas de acordo com o seu visual, sendo desconsiderada sua moral, suas ideias ou o seu intelecto. Porém, é importante saber que isso resulta de “[...] uma época na qual mulher não podia estudar nem trabalhar, a aparência feminina era fundamental para enfeitar o ambiente e se destacar.” (GELEDÉS, 2012) Isto é, como o gênero feminino era atrelado ao casamento, marido e lar, o visual era algo de extrema relevância, dado que a mulher tinha um papel social a cumprir, que era avaliado através do seu comportamento e sua aparência física, além de sua dedicação para estar sempre “apresentável”.

Atualmente, o corpo, a fisionomia, assim como, o peso de alguém do gênero feminino ainda é de interesse público. Por isso, diante do avanço das tecnologias e o constante uso das redes sociais, mulheres gordas são fortemente criticadas, bem como, mulheres com celulites, estrias, ou fora do padrão preestabelecido, que contém

características europeias. Em outras palavras, o eurocentrismo se faz presente em todos os âmbitos como um modelo do que é correto a ser seguido, e não seria diferente quanto ao ideal de beleza, que novamente, é o modelo europeu.

Infelizmente, muitas mulheres sentem essa pressão social e a internalizam, visto que se torna mais uma das muitas violências e discriminações contra a mulher. Desse modo, estas mulheres buscam atingir esse ideal de qualquer maneira, buscando uma aceitação (própria ou de outrem), em muitos casos, se submetendo a procedimentos estéticos perigosos. Um exemplo triste dos efeitos dessa imposição de padrões inalcançáveis foi o ocorrido de Liliame Amorim<sup>6</sup>, uma influencer cearense, que foi internada após passar por uma cirurgia de lipoaspiração, e veio a óbito dias depois. (G1, 2021) E lamentavelmente, essa é apenas uma das muitas manifestações do sistema patriarcal, que adocece e mata inúmeras mulheres diariamente.

## 2.2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO FEMINISMO FRENTE ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Como foi posto anteriormente, a mulher não tinha seu espaço na sociedade, e além disso, enfrentava forte discriminação, por conta das relações sociais deturpadas e a exploração-dominação das mulheres pelos homens. Assim, é perceptível que a origem dessa problemática advém da estrutura social baseada em uma ideologia misógina, que acreditava e pregava uma inferioridade do gênero feminino. Diante disso, os valores, as crenças, as contribuições filosóficas, bem como, a própria cultura era estabelecida através de um caráter patriarcal e sexista.

Nos dias atuais, são nítidas as consequências desses ideais, que ainda causam desigualdade de acesso, oportunidades, remuneração, valor social, etc. Afinal, foram séculos ratificando teorias que pudessem exemplificar e justificar a superioridade masculina, como vimos acerca dos estudos filosóficos e psiquiátricos da época. Contudo, mesmo que, hodiernamente, diversos direitos já tenham sido conquistados, avalia-se a não efetivação de alguns deles.

O feminismo surgiu como forma de questionar e reafirmar seu desacordo com as estruturas de poder e as relações sociais, assim como, a posição de subordinação

---

<sup>6</sup> (G1, 2021) Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/02/02/influencer-liliame-amorim-morreu-por-infeccao-apos-perfuracao-no-intestino-aponta-laudo.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2022.

a que as mulheres eram sujeitadas. Como Toledo (2008) nos traz à reflexão, a mulher aprende a ser oprimida, entendendo que a sua posição é sempre subordinada, inferior. Por outro lado, para falar do movimento feminista é preciso reafirmar que a trajetória não foi fácil e abarca a morte de muitas de nós por melhores condições. Quando uma mulher fala, incomoda toda a elaboração das estruturas de poder e a sistematização e imposição das relações sociais, por isso, mulheres que buscam mudanças apresentam ameaças ao sistema vigente, considerando que o patriarcado, o racismo, o capitalismo e o sexismo andam juntos. Para exemplificar melhor, podemos trazer a ativista negra feminista e vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, assassinada a tiros em 2018<sup>7</sup>.

Em outras palavras, o feminismo surgiu propondo alternativas ao sistema patriarcal, combatendo as violências causadas por este. Inicialmente o movimento era composto por mulheres de classe média, que tinham melhores condições sociais e financeiras. É um movimento que possui suas próprias teorias e estudos, pautados em perceber a realidade em que a mulher se encontra, além de buscar a emancipação política e social do gênero feminino, bem como, os direitos sociais deste. Ademais, as contribuições feministas almejam também o empoderamento de mulheres, para que estas não sejam mais ensinadas a serem passivas e subordinadas e não mais aceitem a posição subalterna.

Primordialmente, é imprescindível adentrar acerca da trajetória histórica do feminismo, com foco no Brasil. O movimento iniciou-se com maior força, no Brasil, por volta do século XX, através das sufragistas (grupo composto por mulheres de classe média e alta) e reivindicações pelo voto, buscando a sua cidadania e participação política. Contudo, durante o século XIX, já existiam lutas que buscavam liberdade e a cidadania, em países como a França e Inglaterra. Bem como, o Brasil, no final do século XIX, também participou de manifestações que envolvem a estruturação do próprio país, além de terem reivindicado também o fim da escravidão. É importante destacar que o movimento feminista contava principalmente com as mulheres da Europa e dos Estados Unidos, que eram o seu principal público. No Brasil, em 1891, a Constituição permitia que apenas uma pequena parcela da população votasse,

---

<sup>7</sup> (G1, 2018) Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2022.

proibindo "[...] não só as mulheres, analfabetos, soldados, pessoas menores de 21 anos e pessoas abaixo da linha de pobreza." (MARQUES e XAVIER, 2018, p. 9)

Primeiramente, o movimento feminista conta com manifestações com demandas sobre a independência da mulher, considerando a relação de dominação-exploração. Em 1918, temos Bertha Lutz<sup>8</sup> à frente da denominada Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, tal grupo cobrava parlamentares e reivindicava suas demandas em cartas ou entrevistas. Porém, essa Liga composta por mulheres de classe mais alta, com acesso a uma educação de qualidade, almejavam direitos sem questionar o sistema patriarcal e sexista, assim como a discriminação e discrepância resultantes deste. (ibidem)

A classe trabalhadora também se une, originando ativistas de esquerda que abordam a exploração do trabalho, assim como a divisão sexual, questionando tanto o patriarcado, visto que consideram a relação hierárquica dos homens, e o capitalismo. Por outro lado, as feministas denominadas de "socialistas" surgiram a partir dos estudos de Marx e Engels, analisando a sociedade através da sociedade de classes, que seria o causador das desigualdades sociais e confiavam que a inserção do socialismo traria consigo uma população mais justa. Enquanto isso, o sufrágio jamais considerou a realidade da mulher da classe operária ou quanto às suas jornadas exaustivas de trabalho.

Após muita luta e pressão pelas manifestantes em prol da participação política, Getúlio Vargas, presidente da República na época, outorga o voto feminino em 24 de fevereiro de 1932. Por conta dessa conquista, o movimento feminista perde sua força, considerando que tinham alcançado uma de suas principais reivindicações, assim como outros direitos concebidos no governo Vargas, tais como a licença maternidade, diminuição da jornada de trabalho e a definição do salário mínimo. Nesse período, houve uma desassociação dos movimentos sociais, bem como, o enfraquecimento destes, pois acreditavam que atingir uma igualdade jurídica era suficiente para solucionar todos os seus problemas. (GREGORI, 2017)

Após alguns anos, especialmente de resistência ao período da ditadura militar, o feminismo se expande, trazendo discussões acerca da violência, da orientação sexual, da mesma forma que analisa a inserção da mulher em espaços de

---

<sup>8</sup> Bertha Lutz é uma ativista feminista, considerada pioneira quanto à luta pelos direitos das mulheres, nascida em São Paulo, no ano de 1894.

poder. Porém, devido ao momento e ao golpe militar de 1964, muitos movimentos sociais foram destituídos pelos setores conservadores. Posteriormente, foi incrementado o confronto quanto à divisão sexual e a imposição da imagem feminina quanto à família e a sociedade. Assim, para melhor compreensão desta divisão sexual, ressalto que: “Uma das suas principais características está na destinação primeira, que é situar os homens no campo produtivo e as mulheres no campo reprodutivo, associando aos primeiros as funções com forte valor social, como na esfera política, religiosa e militar.” (ALVES, 2013, p. 274)

Mesmo em meio a períodos difíceis, algumas vertentes do feminismo eram estabelecidas, cada um em prol de seus próprios interesses e muitas delas insuficientes para considerar a realidade da vida de diversas mulheres, principalmente não-brancas, pobres e sem acesso à educação, visto que a grande maioria dos movimentos feministas era composto por mulheres da elite, sendo estas da elite brasileira ou mulheres de diversos países da Europa, com melhor qualidade de vida. Mas, em 1988, através da Constituição Federal, diversos direitos foram instituídos, o que não queria dizer que o Estado apoiava o feminismo, especialmente quando este tinha um caráter interseccional, considerando mais de uma forma de opressão.

Para entender melhor o movimento feminista, alguns teóricos e estudiosos dividem-no em três ondas, o que também engloba os aspectos, a compreensão e entendimento das ativistas e militantes da época, assim como conseguimos acompanhar a trajetória e a inserção de novas demandas e discussões dentro do feminismo. E ainda, as vertentes e novos grupos que surgem ao longo dos anos, já que as mulheres começavam a ocupar espaço na esfera da educação e trouxeram novas premissas, fortalecendo e ampliando o movimento feminista. Além disso, estas novas tendências do feminismo foram resultantes das insuficiências das reivindicações quanto à pluralidade e diversidade do gênero feminino e de suas vivências. Por isso, destaco contribuições trazidas por Marques e Xavier (2018), que servirão como aporte para a argumentação e o desenvolvimento deste trabalho, e que veremos a seguir.

A primeira onda é marcada pela proximidade com as demandas sociais, onde podíamos destacar a presença das feministas liberais, focadas na igualdade jurídica e no acesso à educação. Contudo, a partir da Revolução Industrial, era necessária a mão-de-obra e boa parte desta era formada também por mulheres, que tornaram-se parte da classe trabalhadora, porém, eram ainda mais exploradas que os homens e

recebiam menos, por isso, passam a formular uma outra vertente do movimento feminista, pois ao perceberem que as lutas da classe operária (com homens) não as contemplava, originaram o feminismo materialista, como o próprio nome já diz, formulada através da aproximação com os estudos marxistas. E ainda, como já dissemos, outras mulheres formavam o grupo das sufragistas, atreladas à conquista dos direitos sociais, assim como, o direito ao voto.

A segunda onda analisava a realidade da mulher que enfrentava a violência socialmente ou em seu lar, cobrando intervenção pública quanto a essas problemáticas. Ademais, passam a questionar os papéis sociais que são atribuídos de acordo com o gênero, com importante contribuição teórica de Simone de Beauvoir<sup>9</sup>. Outrossim, passam a analisar e estudar não só as desigualdades às quais as mulheres estão submetidas, mas também a origem destas. Esse momento do movimento feminista é marcado por discussões acerca da dominação da mulher, orientação sexual e a estruturação deturpada da cultura com base no gênero, de mesmo modo, abordam a liberdade sexual da mulher, assim como a desconsideração da obrigatoriedade dessa cumprir seu papel de mãe.

A terceira onda, e considero que seja o momento de esclarecimento do feminismo, é o de refutar o próprio movimento feminista, notando que as teorias e reivindicações não representavam outras mulheres além da elite, classe média e mulheres brancas, onde vemos também a presença do eurocentrismo, conceito que trataremos posteriormente. Ou seja, enquanto o movimento feminista sempre quis que as mulheres se sentissem felizes e completas com a conquista de outras, muitas não se sentiam nem mesmo representadas. Sendo assim, tornou-se necessário discutir quem eram as "mulheres" que estavam sendo defendidas e apresentadas no feminismo e o quão insuficiente era a universalidade presente nesse conceito, visto que não contemplava a pluralidade de mulheres como seres individuais e diversos. Esse é o "estalo" do feminismo, de perceber que o movimento abarcou apenas demandas e desejos da classe média e das mulheres brancas.

Portanto, muito precisa ser reconsiderado. Por exemplo, quantas vezes não ouvimos que "as mulheres não podiam trabalhar"? Inúmeras. Mas quais mulheres não

---

<sup>9</sup> Filósofa francesa e importante nome para o feminismo, considerando que o seu livro "O Segundo Sexo" de (1949) foi um divisor de águas e uma obra bastante utilizada nos estudos feministas, visto que ela analisa que a mulher está na categoria de "outro" quanto ao homem, além de trazer considerações muito à frente do seu tempo, tendo impacto histórico, cultural e social.

podiam? Porque as mulheres negras foram escravizadas desde o século XVI até o século XIX, sendo obrigadas a responder aos desejos de seus senhores e consideradas mercadorias e objetos, tanto para mão-de-obra escrava quanto para a esfera sexual. Em outras palavras, as mulheres negras não tinham espaço dentro do movimento feminista, assim como não tiveram no movimento racial, dado que este considerava apenas raça e não gênero. Na realidade, o movimento de classe, atrelado a classe trabalhadora, mesmo quando era composto por mulheres, também não contemplava a realidade da mulher negra. Elas ocupavam um não-lugar na sociedade, necessitando de uma perspectiva interseccional. Por isso, estes movimentos eram insuficientes para reivindicar e problematizar as vivências desta, que com muito aporte teórico e questionamentos ao sistema - que não era só patriarcal e sexista, mas também racista - uniram-se, fundando o feminismo negro. (CARNEIRO, 2005)

### 2.3 ORIGENS E SURGIMENTO DO FEMINISMO NEGRO

Anteriormente, entendemos um pouco acerca das estruturas de poder e seu caráter patriarcal e sexista, analisando a posição em que a mulher tem sido colocada por séculos, porém, a partir de apenas uma categoria: a de gênero. Em outras palavras, buscamos compreender a opressão dessa categoria e sua origem. Agora, é imprescindível adentrarmos, de maneira mais aprofundada em relação à raça, conhecendo a opressão gerada por este determinante e os efeitos e marcas que estão impregnados na nossa sociedade. Por isso, iniciaremos conhecendo, primeiramente, sobre conceitos e debates primordiais para entendermos acerca do feminismo negro ou o feminismo decolonial.

A partir da evolução humana, foi incrementada a necessidade da classificação para melhor entendimento e compreensão de animais, espécies, objetos, obras, etc. O conceito de raça, seguindo essa mesma direção, surgiu com o intuito de classificar, primeiramente os animais e plantas, e posteriormente, a variabilidade humana, onde instituíram uma hierarquização, que viria a ser aplicada nas relações sociais. Diante disso, as classes sociais da época foram percebidas através de uma perspectiva que tentava justificar e legitimar a dominação de uma classe sobre outra. Porém, como o conceito de raça surgiu atrelado a uma superioridade biológica, utilizando do fator da cor da pele para diferenciá-los, considerando as habilidades e aptidões dos indivíduos através de uma percepção suposta e racista, visto que não existiam explicações

morfo-biológicas ou qualquer alternativa que justifique a dominação e sujeição das classes. (MUNANGA, 2003)

Ao longo do tempo e com o avanço dos estudos científicos, foi provado que as raças, como foram postas, não existem. Ou seja, apesar de existirem semelhanças e diferenças genéticas entre os indivíduos, não existe nenhuma conclusão que prove uma diferença a respeito da capacidade entre os brancos, negros e/ou amarelos, pelo contrário, é uma concepção, principalmente, social, construída no imaginário da população. Conseqüentemente, através da hierarquização e a criação de uma superioridade imaginária, houve uma escala de valores que consideravam os aspectos morais, intelectuais e culturais entre as raças, estabelecendo ideais que expliquem a hegemonia da raça branca (ibidem). Dessarte, raça poderia ser definido como:

É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. (MUNANGA, 2003, p. 6)

O racismo surgiu através da concepção social de raça, buscando justificar a divisão da sociedade, colocando-os como desiguais e partindo de uma visão excludente e discrepante. O conceito de raça tenta estabelecer principalmente a superioridade da raça branca, o racismo permanece nessa direção, porém, reafirmando a inferioridade da raça negra, considerando os aspectos culturais, intelectuais, morais, físicos, psicológicos e qualquer fator que consiga justificar que o povo branco possui capacidade para dominar a raça negra, enquanto esta última precisa se sujeitar à subordinação. Ademais, os racistas procuraram explicar a formulação de sua perspectiva através do mito cristão de Noé, onde trataria de três raças, colocando a raça branca acima das demais; além disso, a sua outra origem estaria ligada às características físicas do indivíduo, isto é, atrelada novamente aos fatores biológicos. (MUNANGA, 2003) Em outras palavras, o racismo é: "(...) o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores." (ibidem, p. 9)

Além disso, outro importante debate acerca dessa temática é trazido por Almeida (2018), que afirma que o racismo é sempre estrutural, que diz respeito

também à ordem econômica e a política realizada pela sociedade. Almeida (2018), utilizando de uma lógica semelhante à Munanga (2003), também acredita que para compreendermos a sociedade atual, é necessário entendermos acerca das concepções de raça e racismo. O racismo, em sua obra, é um aspecto inserido nas relações de poder das classes dominantes, que goza de privilégios através da perspectiva racial.

Para Almeida (2018), o racismo se divide em três elementos: o individualista, o institucional e o estrutural. O individual põe o racismo como patologia, uma espécie de anomalia, um processo psicológico ou ético de natureza individual ou coletiva, conferido a um grupo específico; onde seria executado por indivíduos racistas, que tanto podem atuar de maneira isolada como coletiva. O racismo institucional está associado à prática e atuação das instituições, suas regras e normas, a quem essas organizações desprezam e para quem são concedidos os privilégios, ou seja, é uma ferramenta que é utilizada pelo Estado para validar os interesses dominantes. E por último, temos o racismo estrutural, visto como a base da sociedade, parte que integra a estrutura social, que permeia as relações econômicas, políticas, jurídicas, sociais, trabalhistas, etc. Isto é, seria uma ferramenta política, sócio-histórica, que promove a discriminação racial. (ALMEIDA, 2018)

O racismo, para Almeida (2018), atua como uma ideologia, criando subjetividades que reproduzam uma distinção e hierarquização entre as raças. A ciência e o saber são aparatos que reforçam a hegemonia eurocêntrica. E ainda, alguns debates como o da meritocracia, naturalizam as desigualdades sociais, tornando-as mérito, ou nesse caso a falta dele, sem considerar os determinantes sociais que os indivíduos se encontram; semelhante ao mito da democracia racial, que não é efetivo e impede que haja uma análise e responsabilização da sociedade pelo racismo, visto que este "não existe". Por isso, o Estado utiliza de discursos pautados nesses princípios, pois não demanda a formulação de estratégias de enfrentamento; é uma tecnologia de dominação política, econômica e social, que estabelece relações de poder que utilizam da violência e das desigualdades sociais. (ibidem)

O colonialismo produziu marcas efetivas no Brasil, o país que é visto como miscigenado, mas que carrega em sua história o genocídio, o epistemicídio, um caráter patriarcal, racismo e um sistema econômico baseado na acumulação de capital na mão de uma minoria enquanto a maioria padece, o capitalismo. Como Gonçalves (2018) afirma, a questão racial antecede a questão social, visto que a

sociedade foi construída em ideais racistas, isto é, essa problemática foi um pilar para que essa desigualdade, fruto do sistema capitalista, fosse estabelecida.

Além disso, da colonialidade advém o eurocentrismo, perspectiva que fundamenta discrepâncias, distinções e um padrão de poder mundial. A América foi o primeiro espaço-tempo desse padrão de poder, sendo assim, onde foram estabelecidas as distinções entre os dominadores e os dominados através da concepção de raça, essa hierarquização baseada na estrutura biológica dos seres humanos, que considerava os fenótipos de ambos os povos. Dessa forma, a raça foi um dos principais determinantes e justificativas para estruturar as relações de dominação e subordinação instituídas através do período colonial. Diante disso, as populações foram esvaziadas de suas culturas, transformando-se em novas “identidades”, os chamados atualmente de: negros, indígenas, pardos, entre outras. Por consequência, essas identidades raciais foram utilizadas para justificar a superioridade imposta pelos brancos (a forma que os conquistadores se intitulavam), que determinavam os valores sociais a cada uma destas. (QUIJANO, 2005)

Através da fundação da Europa como novo espaço-tempo, houve uma ampliação e disseminação dos ideais europeus mundialmente, o que estruturou uma hegemonia do saber, pondo como verdade os conhecimentos dos colonizadores, além da ideia de raça como maneira de legitimar essa relação discrepante entre os dominadores e os dominados. Deste modo, esta concepção teve seu papel fundamental como ferramenta nas mãos dos europeus, que se uniu com outro determinante anterior, o gênero (ibidem). Por isso, quando o capitalismo surgiu juntamente com esses papéis sociais divididos de acordo com os instrumentos de dominação, foi criada uma nova relação de poder, devidamente explicitada diante da seguinte citação:

As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Logo, a colonialidade e o eurocentrismo implementaram uma divisão racista do trabalho, além de funções e localizações que eram instituídas utilizando tecnologias de exploração e dominação, que esvaziavam as demais identidades sociais de tamanha maneira que estes indivíduos eram destituídos de sua

humanidade. E ainda, a perspectiva eurocêntrica determinava que só os brancos deveriam acessar o trabalho pago, fato que também ocorria em outras regiões. Ademais, os europeus tinham uma ideia de modernidade, relacionada ao lado racional, avanços tecnológicos ou científicos, onde enxergavam, através do etnocentrismo, que apenas eles poderiam ser considerados “modernos”.

Outrossim, pelo apagamento promovido pela colonização e o eurocentrismo, temos um saber que exclui os teóricos e a cultura não-branca. Isto é, há um encobrimento e omissão de narrativas negras, o que revela que as crianças não-brancas, desde sua inserção nas escolas, não possuem representatividade. A colonialidade do saber explicita a dominação da formulação do conhecimento, do que é considerado correto e aceito. O eurocentrismo aparece no sentido de aniquilação dos saberes originários ou dos povos negros, além do ensino da história segundo a visão eurocêntrica, isto é, uma epistemologia hegemônica. Apesar de presente na legislação, o ensino da história e cultura afro-brasileira é limitado às datas comemorativas, sem utilizar esse espaço como ferramenta para dar voz a quem foi estruturalmente silenciado. O debate de Quijano (2005), é importante também para perceber a interiorização do povo negro e quais são os conhecimentos e ideais considerados aceitos. Além disso, as mulheres negras são as mais afetadas com essa situação, visto que estão sobre dois determinantes: raça e gênero; e dentro da sociedade brasileira, na maior parte das vezes, no de classe também, dado que, estruturalmente, a grande maioria dos indivíduos em situação de pobreza são negros. (SILVA, 2022) Assim, pode-se concluir que:

Esses conceitos, que caracterizam a inferiorização dos seres de suas subjetividades e saberes, nos auxiliam a compreender como se reproduzem os conhecimentos tidos como aceitáveis e as narrativas centradas na figura do colonizador, influenciando diretamente na construção das autoestimas, tanto de alunas, alunos e alunas como daquelas/es que se encontram no exercício docente. (SILVA, 2022, p. 5)

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que essa realidade gera a necessidade de uma radicalização do feminismo, também conhecido como feminismo decolonial, que aparece contrariando os ideais patriarcais, racistas (ou coloniais) e capitalistas; que analisou a insuficiência do feminismo branco, que não incluía as demandas das mulheres negras. E ainda, torna-se necessário diferenciar o colonialismo da colonização, pois este último chegou ao fim, mas o primeiro foi apenas reconfigurado, sendo aplicado através das relações sociais e de trabalho, explicitando

a dominação de uma classe sobre outra. O feminismo decolonial analisa uma alternativa para emancipar os grupos, entender que é essencial um pensamento político que perceba os resultados cruéis do período de colonização. Isto é, esse feminismo é produto da resistência das mulheres negras e indígenas, que se propõe a contrariar o modo de atuação do Estado, da economia e do legislativo. (VERGÈS, 2020)

Além disso, o feminismo decolonial desconsidera o uso de "mulheres" como uma categoria universal, pois aqui elas enxergam além de gênero e patriarcado, considerando o colonialismo, o sexismo, o capitalismo e o racismo como ferramentas de opressão que se articulam e caminham juntas. O feminismo negro percebeu que as mulheres brancas queriam um lugar que fosse justo e no mesmo nível que os homens brancos, sem pensar na situação de homens racializados, e muito menos de suas companheiras negras.

A quilombagem também foi muito importante para pensar o feminismo decolonial, visto que foram resistência em um período de escravidão, negando a todos aqueles que, hoje, afirmam a passividade e aceitação do negro quanto a sua escravização. Os membros dos quilombos lutaram por anos, mas hoje, as histórias compartilhadas através de uma visão eurocêntrica falam apenas da fuga destes. E, o feminismo decolonial utilizando da contribuição do seu povo, adere o enfrentamento à colonialidade do poder. (ibidem)

As ativistas feministas deste movimento além de denunciar diversas violências sofridas por mulheres individuais de todas as raças, porém, dando destaque também ao enfrentamento da violência policial, que atinge, principalmente, o povo negro, já que marginalizam e criminalizam esta raça. Sendo assim, recusam qualquer ideologia social ou vertente feminista com viés punitivo, que naturalizam a morte da população não-branca. Outro ponto importante é que quando tratamos de feminismo branco ou feminismo hegemônico, diferenciando do feminismo negro ou do feminismo decolonial, estamos querendo dizer que: "Ele não é "branco" simplesmente porque as mulheres brancas o adotaram, mas porque ele reivindica seu pertencimento a uma parte do mundo, à Europa, que foi construída com base em uma partilha racializada do mundo." (VERGÈS, 2020, p. 36) Por muitos anos, este feminismo hegemônico e eurocêntrico negava aderir a categoria "raça" em suas pautas, considerando as demais mulheres "traidoras do movimento", pois achavam que estas desconsideravam gênero ou o tivera colocado em segundo plano.

De mesmo modo que existe uma divisão sexual do trabalho, existe também uma divisão racial, considerando que a mulher enfrenta uma opressão generalizada, por três determinantes: raça, classe e sexo, o que configura as categorias abordadas nesse trabalho. Isso fica enegrecido quando as empresas afirmam que a vaga é destinada para pessoas de "boa aparência", que como Lélia (2020) nos traz, aquela vaga já tem uma cor e não é negra. Por isso, existe uma limitação quanto às oportunidades de mudança de qualidade de vida para a mulher negra.

Contudo, o feminismo negro está atrelado aos estudos feministas que consideram, pela primeira vez, a realidade de outras mulheres, aquelas que foram ensinadas a não falar e a não opinar, submetidas a um "não-lugar". O feminismo decolonial é antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e anticolonial. E estas feministas trouxeram uma análise interseccional da opressão, enquadrando categorias que nos possibilita enxergar sem exclusão, podendo entender como as estruturas de poder e as relações sociais atuam, retirando a venda dos nossos olhos, especialmente aquela que trata da democracia racial que inexistente. Na verdade, o mito da democracia racial é reafirmado pelas classes altas e pelo Estado, vendendo a "miscigenação" como algo muito bonito, quando é apenas fruto dos estupros acontecidos durante o período colonial, das mulheres escravizadas pelos seus escravizadores, disseminando a não existência do racismo no Brasil.

Mesmo após a abolição, foram incrementadas leis, atos e decretos para "controlar" essa população que era vista como preguiçosa, mas não tinha acesso ao emprego e eram considerados como uma classe perigosa para a classe burguesa. O racismo impede que o assistente social aborde, de maneira mais aprofundada, a questão racial. Inicialmente, a população negra foi alvo do caráter caritativo do profissional de Serviço Social. Mas apesar da mudança na atuação do profissional, que teria um caráter ideológico, a questão racial ainda foi desprezada. A questão racial era velada e não era pensada nenhuma forma de solucionar ou ao menos reduzir o racismo no Brasil, por não ser nem alvo de debates, estudos ou análises.

Dito isto, saliento o genocídio da população negra, conceituado na produção literária, remete ao apagamento generalizado, sendo ele cultural, moral ou epistemológico. Essa colocação é fundamental, pois o eurocentrismo é um fato, pode-se notar que a cultura, o saber e até mesmo a estética são baseados em padrões europeus e que, frequentemente, esses ideais são vistos como "superiores" em relação aos outros. Entretanto, se for analisar de forma crítica, no país, a maior

população é negra; além disso, o Brasil é valorizado frequentemente pela sua diversidade, fruto da miscigenação, portanto, é muito contraditório que em uma nação tão mista, a população branca mantenha o domínio da elaboração do conhecimento. Em outras palavras, é surreal que o Brasil enalteça aspectos de um traço identitário em detrimento dos demais. Diante disso, é relevante ressaltar duas concepções trazidas por Lélia Gonzalez:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Ou seja, há muitos anos a consciência é racista, patriarcal, sexista e capitalista, excluindo, ocultando e alienando a população sempre que possível. Diante disso, ser uma mulher negra demandava e ainda demanda luta e consciência política, visto toda a estrutura e sistemas de poder que esta teria que enfrentar para ter o direito de existir.

Consequentemente, a branquitude se isenta da sua responsabilidade quanto à opressão e discriminação racial, utilizando o conceito de “lugar de fala” de maneira errônea, abordando-o como se o significado fosse quem pode discutir sobre um determinado assunto, quando na verdade, trata apenas de uma localização social, que busca entender de onde e quem está falando. Porém, o conceito ao invés de excluir, almeja dar voz a toda a população, sair da perspectiva dominante, pensando a intersecção das desigualdades. Isto é, todos possuem lugar de fala, porque trata-se da posição que aquele indivíduo ocupa quanto aos determinantes sociais, diz respeito ao local e através do que aquela pessoa fala, quais vivências ela experiencia, sem que seja necessário sobrepor ou sugerir que apenas um grupo tenha o direito de falar. Além disso, utilizam do povo negro como figura que precisa ser didática e mostrar-lhes o porquê são, sistematicamente, racistas e como estes podem constituir também o movimento antirracista. (RIBEIRO, 2017)

Em resumo, o feminismo negro surge através da insuficiência dos outros movimentos a respeito da realidade das mulheres negras, considerando que estas eram invisibilizadas. Porém, o movimento feminista negro utilizou do aporte teórico construído pelo movimento feminista, possibilitando a elaboração e estruturação de teorias e estudos que compreendessem e tratassem acerca das mulheres negras, que

antes não eram faladas. Diante disso, estas demonstram a incapacidade da lente ofertada apenas pela categoria "gênero" de enxergar o corpo social e suas estruturas, não trazendo à tona os demais determinantes sociais que constituem as identidades dos indivíduos, impossibilitando a aproximação com as experiências de cada pessoa.

Dessa forma, o próximo capítulo trará uma abordagem e aprofundamento acerca da interseccionalidade como uma ferramenta analítica, discorrendo, em primeiro momento, sobre a origem do debate interseccional, e em seguida, a respeito das categorias de raça, gênero e classe. Consequentemente, demonstrando acerca da importância dos estudos do feminismo negro, que foi responsável por ocasionar a interseccionalidade.

### 3 INTERSECCIONALIDADE: FERRAMENTA ANALÍTICA DAS OPRESSÕES

#### 3.1 ORIGEM E DEBATE DA INTERSECCIONALIDADE

Este capítulo refere-se ao estudo da interseccionalidade, entendendo seu surgimento, assim como, a sua relevância para a esfera social, dado que é utilizada como uma ferramenta analítica, onde pode-se pensar sobre ela como uma lente que possibilita enxergar os sistemas de opressão, do mesmo modo que, revela as estruturas que a sociedade está baseada e como as relações sociais foram formuladas. Isto é, a perspectiva interseccional propicia uma visualização do corpo social que não compreende a desigualdade social somente através da classe, contemplando que as suas composições também envolvem outros determinantes, como os de raça e gênero.

A interseccionalidade, foi uma ferramenta bastante discutida, debatida e relevante para análises e construções das teóricas e ativistas do movimento feminista negro. Posteriormente, o termo teve sua conceituação realizada por Kimberlé Crenshaw, uma estudiosa e importante pesquisadora da questão étnico-racial, sendo posto como uma maneira de compreender as avenidas identitárias em que se pode transitar. Porém, destacando a posição da mulher negra, que era acometida por diversas avenidas, sendo as principais: gênero, classe e raça. Sendo assim, é fundamental percebermos essa temática através da própria Crenshaw, que considera que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Em outras palavras, considerando que o racismo é um sistema de opressão estrutural, assim como o cisheteropatriarcado e o capitalismo, que reproduz a má distribuição de renda, fica notável a diferença de acesso e de oportunidades dentro da sociedade, além da clara distinção socialmente imposta entre a mulher branca e a mulher negra. Como Sojourner Truth (1851) traz em seu discurso "Ain't I A Woman?", algumas visões do senso comum que tratam da fragilidade da mulher e de sua

delicadeza nunca foram aplicadas às mulheres negras, pois estas nunca foram vistas inteiramente como mulheres.

Para essa discussão, é relevante entendermos os motivos para criação do termo "interseccionalidade", entendendo que mesmo antes da criação dessa palavra, esse tema já era discutido pelo feminismo negro, como por exemplo, por:

Anna Júlia Cooper, Maria Stewart e Harriet Jacobs já desenvolviam as ideias de autodeterminação, busca pela libertação e valorização do conhecimento e das experiências das mulheres negras – características do que Patricia Hill Collins (2000) chama de epistemologia feminista negra, e utilizavam termos como “interconectividade” e “identidades multiplicativas”, inspiradores (ou gérmenes) do conceito de interseccionalidade, formulado e difundido por Crenshaw (1989) a partir do final da década de 1980. (Táboas, 2021, p. 2)

Assim como, a própria Sojourner Truth, que foi citada anteriormente, é uma mulher negra importante na luta contra a opressão racial e de gênero, considerada pioneira em pensar de maneira interseccional, visto que, em seu discurso, ela questiona a diferença de tratamento da sociedade para com uma mulher branca e uma mulher negra, o que argumenta contra o conceito de "mulher" como algo universal, além de considerar a posição de classe das mulheres de cor, envolvendo os três determinantes: gênero, raça e classe.

O movimento feminista (hegemônico), que continha seu próprio acervo teórico, em meados de 1970, ainda não apresentava uma análise racial em seus escritos, porém, era o momento de começar a pensar a relação entre gênero e classe, com aproximação marxista, começando a discutir acerca da posição das mulheres na estrutura das relações sociais, porém, sem analisar através de um recorte racial para entender que - dentro de uma pirâmide social - as mulheres brancas ainda estão bem acima das mulheres negras. Como pode-se perceber, o debate racial esteve ausente por muitos anos nas teorias feministas, mas as estudiosas negras não desistiram de reafirmar a insuficiência dos discursos que generalizaram as mulheres, pois estes argumentos e a luta feminista da época tratava-se de demandas e necessidades de apenas um grupo seletivo de mulheres. Dessa forma, evidencio a seguinte afirmativa:

A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe. Mesmo assim, a estrutura de classe na sociedade norte-americana foi moldada pela estratégia racial da supremacia branca; apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissolivelmente ligada à luta para acabar com o racismo. (HOOKS, 2015, p. 195-196)

Kimberlé Crenshaw utilizou dois processos judiciais como motivação para análise dessa perspectiva, visto que era professora da área de direito constitucional, quis explicitar a insuficiência legislativa quanto ao fato de considerar a realidade de ser uma mulher negra. A justiça se mostrou ineficiente e problemática quanto aos dois casos analisados, considerando que no primeiro, as mulheres processaram a empresa General Motors por discriminação racial e de gênero, afirmando que houve uma demissão em massa de mulheres negras, além de problematizar o sistema antigo que era utilizado por esta empresa e a não contratação de mulheres negras, porém, não consideraram um caso racista, pois ainda existiam homens negros entre os trabalhadores, e nem discriminação de gênero, já que tinham mulheres brancas como secretárias. Ou seja, utilizando apenas o determinante de gênero, elas não seriam contempladas, assim como o de raça. Por isso, era necessário um termo que abordasse a combinação dos dois determinantes. O segundo caso foi o de Anita Hill, que denunciou Clarence Thomas por assediá-la sexualmente, e como este era um indicado presidencial, ela foi chamada para prestar depoimento para o comitê de senadores, contudo, apesar de ter sido consistente em sua denúncia, não consideraram seu depoimento como verdadeiro. Clarence Thomas, por sua vez, ratificou ideais patriarcais, machistas e sexistas ao ser acolhido, após o seu discurso, dentro do movimento negro, quando este afirmou que havia sido vítima de racismo. (TÁBOAS, 2021) Por isso, entende-se também que a própria Kimberlé propõe a interseccionalidade como uma forma de pensar políticas públicas e reformas sociais que possam combater e enfrentar essas estruturas do poder.

Para além desses casos judiciais, Kimberlé também narra um acontecimento que ocorreu durante a sua graduação em direito, onde esta participava de uma equipe de estudos com outros dois colegas negros. E um desses colegas foi aceito em uma associação de graduandos de Harvard, e logo, convidou seus outros colegas para uma visita. Contudo, no dia esperado, Kimberlé Crenshaw e seu colega foram até lá, mas no local, foram avisados que teriam que entrar pela porta dos fundos, diante desta informação, logo acharam que era um caso de racismo e ambos ficaram indignados, negando-se a entrar. Porém, o companheiro logo explicou que era por conta da Kimberlé, que sendo mulher, não poderia entrar pela porta da frente. Nesse momento, o colega que estava com a mesma, anteriormente revoltado, não discordou, pareceu compreender e aceitou ir até a porta dos fundos. E para Crenshaw, foi apenas um exemplo de que o movimento racial se entende enquanto a discriminação posta é a

de raça, mas se percebeu sozinha para enfrentar a discriminação de gênero. Isto é, como já foi abordado anteriormente, o movimento racial é insuficiente para abarcar a realidade de ser uma mulher negra e lidar com uma opressão generalizada. (CRENSHAW, 2004)

Diante disso, percebe-se que as mulheres negras não tinham seu espaço, pois não eram vistas através de nenhuma das situações. A legislação permaneceu omissa quanto às demandas e denúncias destas mulheres, não reconhecendo os espaços que estas ocupam. Dessa forma, Crenshaw traz a interseccionalidade como forma de perceber esses tipos de discriminação, trazendo os determinantes de gênero, raça e classe, onde cada um tem sua devida importância com a proposta da não-hierarquização. Para enobrecer a discussão, é importante salientar, segundo Crenshaw (2002, apud ASSIS, 2019, p. 21) que:

Para isso, a autora utiliza dois conceitos: superinclusão e subinclusão, que pretendem dar conta dessas invisibilidades. Nesse sentido, a autora aponta que, frequentemente, as discriminações sofridas pelas mulheres eram vistas como um problema geral do grande grupo de “mulheres”, ou seja, um problema de gênero. Esse quadro a autora denomina como o “problema da superinclusão”, no qual o marcador de gênero é visto como o único possível para interpretar a condição das mulheres na sociedade. Contudo, a realidade objetiva das mulheres negras demonstra que apenas gênero é insuficiente para oferecer respostas a essas questões. Correlato ao problema da superinclusão, a teórica aponta que, por vezes, se configura um processo de subinclusão, que ocorre quando as questões de algumas mulheres não são vistas como problemas de gênero por não serem problemáticas relativas as mulheres do grupo hegemônico.

O termo interseccionalidade tornou-se uma ferramenta política e judicial, além de ser relevante para o campo social, visto que apenas através dessa perspectiva interseccional podemos entender as relações sociais e as estruturas de poder intrínsecas (TÁBOAS, 2021). Além disso, se tratarmos dessa perspectiva através de Saffioti, que debate através do feminismo materialista, analisarmos gênero exclusivamente nos impede de entender as relações de dominação, subordinação e exploração do sistema patriarcal (SAFFIOTI, 2015). Decorrente disso, percebe-se que a sociedade engloba o patriarcado, o racismo, o sexismo, o machismo e o classismo, demonstrando sempre a sua estrutura discriminatória e excludente que atua de maneira simultânea.

A partir disso, é notável que não há como separar gênero de raça, pois permitiria uma análise pobre e rasa acerca da realidade, sem proporcionar um entendimento sobre as questões interseccionais vividas pelas mulheres de cor, como

propõe Crenshaw (2004). A proposta geral da interseccionalidade tinha o objetivo de inserir problemáticas raciais nas discussões sobre gênero e vice-versa, entendendo essa relação mútua, sem que precisem se excluir. E além disso, a autora percebe que a raça será vivida de maneira distinta, que condiz com o gênero do sujeito, isto é, homens e mulheres experienciam o racismo de acordo com os papéis sociais e as relações sociais deturpadas resultantes destes que foram impostos desde o nascimento, através da esfera sociocultural. Dessa forma, podemos retornar ao caso apresentado por Crenshaw, da General Motors, que é um exemplo prático do que acabei de afirmar.

A perspectiva interseccional e a análise das formas de discriminação e opressão da sociedade foram utilizadas como metáfora para comparar com eixos e ruas que se cruzam. Diante disso, de acordo com a autora citada anteriormente (CRENSHAW, 2004, p. 11): “Se uma pessoa imaginar uma interseção, ela visualizará ruas que seguem em direções diferentes – norte-sul, leste-oeste – e cruzam umas com as outras (...). Isso seria o que eu chamo de eixos da discriminação.” Seguindo essa teoria, podemos pensar em três ruas que se cruzam, que incluem três determinantes, onde uma delas é raça, a outra gênero e a última classe. Desse modo, se analisarmos de uma maneira estrutural, quem se encontra no meio desse cruzamento são as mulheres negras, que enfrentam casos de racismo e de discriminação de gênero, e por conta das oportunidades mais limitadas, lidam também com a pobreza estrutural, que diz respeito aos espaços que foram negados para essas mulheres e a subordinação estrutural, conceito utilizado por Kimberlé, que é “[...] a confluência entre gênero, classe, globalização e raça.” (Ibidem, p. 14)

A interseccionalidade pode ser vista como uma ferramenta que permite visualizar vivências e realidades que foram invisibilizadas pelas estruturas de poder - e até mesmo - pelos movimentos populares. Assim como, entender-se através de todas as dinâmicas que envolvem a sua identidade própria. Sendo assim, o feminismo negro é uma ferramenta de extrema importância, porque considera pela primeira vez, a existência interseccional do que é ser mulher e negra. Pois, as estruturas de poder carregam marcas coloniais, caráter racista, sexista e cisheteropatriarcal. E, além de tudo, é também uma ferramenta política para as feministas, que proporciona entendimento acerca das suas identidades, lançando luz sobre as múltiplas opressões enraizadas na sociedade. (LIMA, 2020)

Segundo Carla Akotirene (2019, p. 23), "[...] a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica". Ou seja, o pensamento interseccional, na maioria dos estudos, salienta - principalmente - os determinantes de raça, gênero e classe. E para Akotirene, a raça já aborda em seu próprio debate as questões de classe e de gênero, sem hierarquizar uma em detrimento de outra, contudo, analisando-as como ferramentas utilizadas pelo sistema de dominação-exploração de maneira simultânea. Assim, não é um embate entre quem é o mais excluído diante das estruturas de poder, mas sim, uma percepção que permite lançar luz sobre as múltiplas violações contra a humanidade.

A interseccionalidade é, de algum modo, além de uma ferramenta política, campo de luta e recuperação de toda a elaboração da ancestralidade das mulheres negras, muitas que foram assassinadas, estupradas, objetos de seus escravizadores, alvos do sexismo e da colonização. E, mesmo hoje, sofrem o impacto do colonialismo, do sexismo e do patriarcado, vivendo às margens da sociedade, na base da pirâmide social.

O feminismo negro foi essencial para começar a trazer a reflexão acerca da superação das opressões, entendendo que esta só virá através de uma luta unitária, com caráter interseccional, que compreende que as estruturas de poder não são apenas racistas ou apenas misóginas, mas que estas são sincronicamente problemáticas, em questões de gênero, raça e classe, que são os três determinantes que melhor leem a sociedade atual — mas não os únicos. Dessa forma, termos movimentos exclusivos contra uma forma de opressão não modifica a estrutura de poder, e para pôr um fim nas formas distintas de discriminação, é necessário que compreendamos que estas andam juntas e estão entrelaçadas, desse modo, precisamos de uma luta unificada, que combata ao sistema (cisheteropatriarcal, colonialista, racista, sexista e classista) como um todo.

Dessa forma, é interessante ratificar que o movimento feminista negro inclui reivindicações e denúncias a favor dos homens negros, assim como pautas acerca da sexualidade. Afinal, raça e sexualidade também são avenidas identitárias e também são discriminadas e oprimidas. E, além disso, algumas ativistas do movimento são mulheres da comunidade LGBTQIA+, que entendem que elas não podem escolher contra qual opressão lutar, porque enfrentam a discriminação por ser mulher, negra e lésbica (por exemplo). Do mesmo modo, mesmo que eu considere óbvio, correrei o risco de ser redundante, afirmando que o movimento feminista negro não é apenas

composto por mulheres cisgênero. Pois, como diria Beauvoir: "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher", com sua frase que serviu de base para os fundamentos do conceito de gênero, transformando-se em uma pioneira desse debate.

Decorrente disso, o feminismo decolonial aparece como uma alternativa que unifica os movimentos e entende que a luta é contra o sistema, como foi colocado anteriormente, dado que:

Os movimentos feministas de política decolonial, junto a outros movimentos decoloniais e a todos os movimentos de emancipação, enfrentam um momento de aceleração do capitalismo que atualmente regula o funcionamento das democracias. Eles devem encontrar alternativas ao absolutismo econômico e à fabricação infinita de mercadorias. Nossas lutas constituem uma ameaça aos regimes autoritários que acompanham o absolutismo econômico do capitalismo. Elas ameaçam também a dominação masculina, assustada por ser obrigada a renunciar a seu poder – e que, por todo lugar, mostra sua proximidade com as forças fascistas. (VERGÈS, 2020, p. 29)

Além disso, através das contribuições do feminismo negro, temos a seguinte consideração:

O pensamento interseccional explicou a matriz de opressão cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho, segundo a qual, na minha tradução: as mulheres negras eram trabalhadoras nas casas das “mulheres brancas instruídas”, chegavam em casa e tinham o dinheiro tomado por “maridos ociosos”, bastante ofendidos porque não havia “comida pronta dentro de casa”. (AKOTIRENE, 2019, p. 18)

A autora aborda um pouco da infantilização da mulher negra através de um dos discursos de Sojourner Truth, e se formos pensar, o movimento feminista negro também é uma forma de dar voz aos que sempre foram silenciados, ou como Lélia nos traz, “[...] temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos).” (GONZALEZ, 2020, p. 80) Isto é, o feminismo negro ou o feminismo decolonial são formas de expressão, agora em primeira pessoa, trazendo a sua perspectiva e o seu conhecimento, sem que estas precisem ser pensadas e retratadas por terceiros.

Como foi debatido, as estruturas são hegemônicas e eurocêntricas, conhecidas por utilizar de ferramentas para a manutenção desses interesses da elite. E que, em vista disso, reafirmam discursos para legitimar essa dominação-exploração, como é o caso do mito da democracia racial ou até mesmo o da meritocracia, e ainda, a utilização do artigo 7 dos direitos humanos, que afirma que somos todos iguais perante a lei. Porém, precisamos perceber as suas artimanhas, como o uso da

educação. Atualmente, o desemprego maciço se faz presente, principalmente diante de um modelo econômico neoliberal, que corta gastos e avanços sociais.

Dessa forma, a educação é mais do que nunca um instrumento de emancipação social, considerando que é uma das maneiras de ascender socialmente, conseguindo acesso a oportunidades melhores e saindo do ciclo repetitivo que está para as pessoas negras, integrantes das classes mais baixas e diversas mulheres, considerando a desigualdade estrutural. Isto é, hoje em dia a educação é tratada como mercadoria e só quem tem como pagar, tem acesso a uma educação de qualidade, que é, hoje, necessária para se manter em um bom emprego. Mas para além disso, a educação, por basear-se na epistemologia hegemônica, tem sido utilizada também como ferramenta que promove uma ideologia que busca atender aos interesses da classe dominante, ou seja:

No contexto do capitalismo, onde o modo de produção e consumo está baseado na acumulação e no lucro, toda a estrutura ideológica será utilizada para garantir a proliferação dos seus ideais da classe burguesa que se utiliza da educação enquanto fenômeno de massa para reproduzir seus ideais e manipular a classe trabalhadora impondo a mesma a visão de mundo de seus opressores. (ARAUJO e PEREIRA, 2014, p. 2)

Decorrente das discussões anteriores, concordo com bell hooks quando ela critica estudiosas feministas que destinam seus escritos apenas para o público universitário, elitizando uma teoria que deveria ser popular, especialmente para trazer consciência crítica e combater ideologias. Em outras palavras,

Enquanto a legitimação acadêmica era crucial para o avanço do pensamento feminista, ela criou uma nova combinação de dificuldades. De repente, o pensamento feminista que surgiu diretamente da teoria e da prática recebeu menos atenção do que a teoria metalinguística, criando um jargão próprio; foi escrita exclusivamente para o público acadêmico. Era como se um grande número de pensadoras feministas tivesse se juntado para formar um grupo de elite e escrever uma teoria que pudesse ser compreendida somente por um bando "inserido". (HOOKS, 2018, p. 36)

A inserção do feminismo na academia foi de grande relevância para o movimento, contudo, é nocivo quando percebemos que algumas teóricas não estão mais comprometidas com a sociedade em geral, isto é, quando estas não percebem que a linguagem também pode ser excludente, considerando os desníveis educacionais. Dessa forma, temos um enfraquecimento do movimento feminista, visto que não oportuniza a tomada de consciência crítica para a população. E, diante disso, torna-se objeto de manipulação das elites, que percebendo o ponto fraco, se aproveita

e modifica o pensamento e o projeto feminista, conferindo uma imagem deturpada ao movimento e disseminando essa informação falsa às massas. Por isso, bell hooks (2018) traz a necessidade de um feminismo para todos, que, inclusive, é pauta até mesmo do título do seu livro<sup>10</sup>, indo contra quem acredita que os estudos feministas são destinados apenas para mulheres, ressaltando também a importância de homens que buscam saber mais acerca do movimento feminista (o não-hegemônico), para que estes atinjam discernimento e compreensão acerca do processo de dominação-exploração subentendido nas relações de gênero. Dessa forma, possibilitando que homens e mulheres estejam unidos nesta batalha contra o sistema e as estruturas de poder, contribuindo para a não reprodução das distintas formas de dominação.

E, por outro lado, podemos trazer também uma consideração de Grada Kilomba (2019), que destaca o valor de uma linguagem que não seja opressora. A escrita, segundo a autora citada (ibidem), é um ato político, dessa forma, quando escrevemos e utilizamos a linguagem como ferramenta de exclusão, estamos reafirmando as estruturas hegemônicas e o acesso a apenas uma parte da população, aquela que detém todos os privilégios. Ou seja, estamos compactuando com as estruturas de poder. Dito isso, é necessário um acervo teórico feminista que possa ser destinado também às periferias, comunidades, atingindo a todas as classes mais baixas, para que estes também possam compreender acerca do movimento feminista. Pois, é só através do conhecimento que podemos combater as estruturas de poder, e com isso, analisar a realidade através de uma perspectiva interseccional.

Assim sendo, pensar a interseccionalidade é entender que todas aquelas ações que parecem "pequenas", muitas vezes, têm resultados desastrosos. Como por exemplo, quando uma criança reafirma que a colega não pode brincar de carrinho porque é "brincadeira de menino", ou quando em uma delegacia, o delegado pergunta que roupa uma mulher estava vestindo ao ser estuprada, estão em consenso com as relações de poder e sua perpetuação na sociedade, que reafirma o patriarcado, papéis sociais atribuídos ao gênero e o sexismo, que sempre culpa a mulher, mesmo quando esta é vítima de violência sexual, física ou psicológica; ou, como o exemplo do estupro, dos três tipos.

---

<sup>10</sup> HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

É imprescindível considerarmos um dos importantes debates quando se trata desse tema, que é entre a interseccionalidade e a consubstancialidade. A estudiosa Danièle Kergoat, importante teórica para tratar da divisão sexual do trabalho, foi também muito relevante para articular gênero e classe. Com o passar do tempo, surge o termo "consubstancialidade", advindo de uma consideração mais materialista. E para esclarecer melhor acerca do assunto, precisa-se considerar que no fim da década de 1970, algumas feministas, como a própria Kergoat e Helena Hirata, passam a inserir ao debate das relações de sexo, a perspectiva de classe social, e posteriormente, somando também a questão racial. Dessa forma, a autora compreende que as relações sociais de sexo englobam uma construção social problemática e a elaboração de papéis sociais, onde, os três determinantes (gênero, raça e classe) reafirmam o sistema econômico capitalista, onde atuam juntos, excluindo, oprimindo e explorando os seus subordinados. (KERGOAT, 2012)

Contudo, apesar de compararem as duas ferramentas analíticas, nota-se que a consubstancialidade traz uma visão que partiu, inicialmente, da articulação entre gênero e classe, para só então, incrementar a raça. Enquanto, por outro lado, a interseccionalidade parte da vivência das mulheres negras e do feminismo negro, trazendo, primeiramente, o debate entre raça e gênero, e posteriormente o de classe. Dessa forma, elas não são sinônimas, pois a partir dessa diferenciação, tem-se importantes resultados, que irão distinguir os estudos e teorias que partem da análise interseccional dos que surgem através da perspectiva consubstancial, mas que concordam quanto a não priorização de uma opressão em detrimento de outra. (HIRATA, 2014)

A interseccionalidade tem sido questionada e debatida, e temos como uma importante crítica dessa ferramenta analítica a autora Danièle Kergoat, que como foi dito, é um nome muito relevante para os estudos da divisão sexual do trabalho ou acerca da consubstancialidade. Kergoat considera problemático o uso do vocábulo "categoria" para tratar de questões tão amplas e multifacetadas. Porém, assim como Lima (2020), julgo que as críticas feitas tratavam da utilização da interseccionalidade e suas aplicações, que talvez tenham esvaziado o verdadeiro objetivo dessa ferramenta. Especialmente porque, apesar de tratar de categorias, a interseccionalidade não as separa, pois visa analisar e perceber a sociedade como ela é: patriarcal, colonial, sexista, racista e classista; do mesmo modo que não tem o desejo de hierarquizar ou valorizar uma categoria sobre a outra, mas perceber as

relações de poder que são estruturadas com ideologias que abordam os determinantes de gênero, raça e classe, além das ideologias mútuas, que se encontram em mais de um tipo de opressão, como é o caso das mulheres negras que estão sob duas formas de discriminação: a de raça e gênero.

Por outro lado, considero imprescindível o debate que Lima traz acerca da epistemologia hegemônica e o cuidado que Kergoat precisaria ter ao tecer críticas à interseccionalidade, visto que:

[...] o conhecimento está imbricado nessa malha de relações de poder, logo, a disputa pela sua produção, veiculação e até legitimidade, não ocorre por acaso. Danièle Kergoat, ao reivindicar o pioneirismo da consubstancialidade, recusa o pensamento feminista negro interseccional que, pelo menos desde 1851, já entrecruzava raça, classe e gênero, correndo o risco de incorrer na hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento. (LIMA, 2020, p. 11)

Ou seja, considerando que interseccionalidade foi um termo produzido para pensar a realidade distinta de uma mulher negra, e ainda, por estudiosas e teóricas do feminismo negro, precisa-se analisar que conhecimento a Kergoat está questionando. Em outras palavras, quando a Danièle aponta problemáticas da perspectiva interseccional, ela corre o risco de reafirmar uma epistemologia hegemônica, assim como, o epistemicídio ao saber da população negra, praticado por tantos anos. É ideal explicitar que os teóricos devem repensar e criticar a interseccionalidade, porque isso é edificante para qualquer teoria, contanto que não desconsiderem essa importante contribuição do feminismo negro. (LIMA, 2020)

Além de Keren Lima, referenciada acima, temos outras obras que defendem a análise interseccional, como é o caso do livro intitulado de “Interseccionalidade” de Carla Akotirene (2019), que afirma que de nada vale defender a descolonização e não valorizar o conhecimento advindo da população negra, sem validar o seu conhecimento. (ibidem, p. 26) Do mesmo modo, ela continua a conceituar e destacar a importância da interseccionalidade, como é possível ver na seguinte citação:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisasse quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 27)

A sociedade contemporânea compreende diversas formas distintas de produção e reprodução social. Além disso, o atual sistema econômico, o capitalismo, cria sua própria estrutura social, onde as classes sociais têm um público pré-determinado para cada nível. Os mais altos, diante das marcas coloniais e eurocêntricas, abrangem - em sua maioria - pessoas brancas, com melhores oportunidades, e especialmente, homens. Sendo assim, temos uma reflexão prática de como as formas de opressão atuam, excluindo, segregando e selecionando os que são adequados e aqueles que não são, o que reflete em uma desigualdade social extrema. Para exemplificar melhor isso, pode-se considerar os dados da Forbes acerca das pessoas mais ricas do mundo em 2022, que para nossa 'surpresa', são todos homens, e em complemento, nove destes são brancos. (FORBES, 2022)<sup>11</sup> Assim, fica enegrecida a nossa questão social, permeada por discriminações de gênero e raça, que como percebemos, está diretamente ligada à classe social.

Em suma, a interseccionalidade é uma valiosa ferramenta analítica, que permite visualizarmos a sociedade e as suas estruturas de poder, que permeiam as relações sociais e influenciam em como estas são elaboradas.

### 3.2 INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RECORTES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Para debatermos acerca da perspectiva interseccional, considero importante discutir, em primeiro momento, a respeito das argumentações e polêmicas acerca da categoria de gênero, para proporcionar um melhor entendimento sobre a questão, quais as suas construções sociais, e as justificativas de quem problematiza a utilização do conceito e o motivo de sua contestação.

O termo gênero, além de ser utilizado no dicionário para se referir a seres ou objetos com características similares, por outro lado, na língua portuguesa, é utilizado para classificar os substantivos como feminino, masculino, epiceno, sobrecomum ou comum de dois. Contudo, além disso, tornou-se um campo de estudos vasto, que analisa os papéis sociais atribuídos ao gênero e a construção social problemática e heteronormativa, além de patriarcal. E, esse tema foi bastante discutido pelas

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/04/bilionarios-2022-veja-quem-sao-as-10-pessoas-mais-ricas-do-mundo/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

feministas para tratar acerca da questão da dominação-exploração e da desigualdade entre homens e mulheres que foi abarcada pelos estudos de gênero.

No entanto, o conceito de gênero passou a ser questionado quando, alguns estudos e teóricos não abordavam as mulheres como seres políticos, ou pior, mascaravam o processo exploratório e discriminatório que está contido nesse campo de estudo. Portanto, quando esse tema passa a ser discutido, sem questionar as estruturas de poder e as relações sociais, além de não estar atrelado à crítica do sistema patriarcal e sexista, ele se esvazia do seu conteúdo e propósito.

Por isso, algumas teóricas passaram a substituir o termo "gênero" por "relações sociais de sexo", trazido pela escola feminista da França, dessa forma, é trazido como "rapports sociaux de sexe", e que está diretamente ligado a forma como a sociedade foi estruturada, sem se desvencilhar da perspectiva feminista. E ainda, as relações sociais de sexo estão atribuídas aos interesses distintos entre as classes sociais. (CISNE, 2014, p. 135-136)

Assim, para explicitar melhor a utilização e o significado desse conceito, faço a seguinte ressalva:

Assim, podemos afirmar que a utilização do conceito de rapports sociaux de sexe, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas, como defende Kergoat (2008, 2010). Já com relação ao conceito de gênero, não podemos afirmar a mesma coisa, tendo em vista que, por vezes, sua utilização é destituída da noção de hierarquia entre os sexos e da de outras desigualdades estruturantes, como as de classe. (CISNE, 2014, p. 137)

Diante do exposto, percebe-se que, por vezes, o uso de "gênero" diz respeito a uma forma mais branda, e em alguns casos, despolitizada de abordar os estudos deste campo, - mesmo que não seja uma regra, pois obviamente temos diversos estudos críticos que utilizam "gênero" e abordam as relações sociais e suas estruturas, e que inclusive, foram utilizados para a produção deste trabalho - enquanto, a utilização do conceito de "relações sociais de sexo", como a sua própria origem, remete às teorias feministas, e ainda, delata os conflitos e discrepâncias presentes nas classes sociais a respeito do sexo, o que também contribui para explicitar a inseparável conexão entre as categorias de gênero, raça e classe. (ibidem)

Ademais, é imprescindível discutir acerca da linguagem, que resulta de uma epistemologia hegemônica e eurocêntrica, que reafirma o que deve ser estudado ou considerado como um fato. Diante disso, pode-se perceber quando a forma

generalizada de abordar a "todos" é sempre masculina, mesmo que dentro desse grupo também existam mulheres, o pronome virará "eles", assim como, se quisermos um sinônimo para "ser humano", muitos utilizam "homens". Será que não temos uma maneira internalizada de enxergar a sociedade? Inclusive, uma forma deturpada, hierárquica e misógina, que prioriza sempre o masculino em detrimento do feminino. Isto é, como a própria Crenshaw (2002) nos traz, o problema de tratarmos de algum assunto de maneira universal é que este irá se referir à vivência masculina. Da mesma forma, Lowy (2009, p. 40, apud HIRATA, 2014, p. 61-62) também explica que quando somos imparciais ou universais, nos remetemos e estamos abordando uma perspectiva hegemônica, ou seja, estamos nos referindo aos homens, especialmente aqueles brancos e de classes mais altas.

Como vimos anteriormente, a categoria de gênero é composta por conflitos e interesses divergentes, e ainda, diversos debates, onde a sua maioria tenta expor a realidade presente na elaboração do corpo social, além de evidenciar as relações de poder e quem são os sujeitos que mais se beneficiam. Outrossim, explicita que o sistema capitalista compreende valores e costumes que foram naturalizados, mas que ocultam um processo retrógrado e nocivo, que como já dissemos, implica o cisheteropatriarcado, o colonialismo, o racismo e o classismo, que andam unidos, compartilhando de interesses semelhantes, que sustentam uma soberania masculina, hétero, branca e rica.

Os discursos ideológicos que mantêm o estabelecimento das noções de inferioridade e superioridade na sociedade resultam em 'preconceitos simultâneos', isto é, um sistema de opressão que utiliza a combinação de determinantes sociais, o que é objeto de análise da perspectiva interseccional. Como discutimos anteriormente, a epistemologia foi construída com bases hegemônicas, assim como a linguagem e todos os campos do saber, excluindo e invisibilizando a cultura, ancestralidade e conhecimento dos povos originários e dos povos africanos que foram escravizados no período colonial, desprezando-os e considerando-os incapazes de possuir intelecto. Dessa forma, a construção social brasileira teve influência de preconceitos e de posições hierárquicas, reproduzindo desigualdades acentuadas e impactando a forma como os sujeitos se percebem.

Em outras palavras, a branquitude se reafirma como uma estrutura de poder, de dominação, se articulando de maneira racista e eurocêntrica, especialmente quanto à cultura e ao conhecimento. O racismo também se expressa através do

epistemicídio, que sempre desprezou e desqualificou o saber afro-brasileiro. Sendo assim, a formação cultural e epistêmica brasileira é racista e patriarcal, constituída de bases construídas através de sistemas de opressão. (CARNEIRO, 2005)

Diante disso, os determinantes sociais, como gênero, raça e classe, que são utilizados para conservar as formas de opressão, são também categorias utilizadas para construir identidades. Sendo assim, uma mulher negra e pobre tem sua posição hierárquica como a mais rebaixada possível, submetida a um sistema estrutural de "desempoderamento", como utilizado por Crenshaw (2002).

Apesar dos negros terem trazido consigo sua cultura, seus costumes e suas crenças, estes não foram aceitas no Brasil, visto que os valores europeus eram considerados fatos e "ciência", enquanto mesmo após a abolição, a categoria raça segregou os indivíduos, determinando a posição social destes, restringindo as suas possibilidades, produzindo realidades distintas e cruéis, que significavam a falta de acesso a melhores oportunidades, discriminações raciais, exclusão social, marginalização de sua imagem, assim como a diferença de tratamento em comparação com um indivíduo branco.

Do mesmo modo, se formos pensar através da categoria de classe, como Marx (2005) nos traz, o Estado é uma ferramenta da burguesia que atua em prol dos interesses dessa classe dominante. Deste modo, as classes mais altas têm as suas ambições consideradas e defendidas na sociedade, onde o governo busca sempre uma forma de atender aos desejos destes, com a finalidade de acumular ainda mais capital nas mãos dessa minoria detentora dos meios de produção. Além disso, o Estado também pode ser usado de maneira violenta, o que significa que este usará de maneiras coercitivas para conseguir aquilo que quer.

A interseccionalidade oferece respostas para a insuficiência do feminismo hegemônico, demonstrando a pluralidade quando se trata de mulheres negras e em relação a suas vivências. Por isso, essa ferramenta oportuniza a criação de feminismos que possam inserir todas as mulheres no campo político. Como foi o caso do feminismo negro, que possibilitou dar voz a quem foi sistematicamente silenciada. Em um país onde temos mais anos de escravismo do que de abolição, é necessário pensarmos em políticas antirracistas e antissexistas que atendam a população negra, assim como, as mulheres de cor. (ROCHA; BRANDÃO, 2020)

Na sociedade, diferenças e desigualdades atuam como sinônimos, visto que o exemplo e modelo a ser seguido é o de um homem branco em sua fase adulta,

cisgênero e hétero, onde todo indivíduo que não se enquadra, é tratado de maneira distinta e considerado como inferior. Dessa forma, a análise interseccional pode contribuir para propor soluções, sendo assim, precisa, primeiramente, ter consciência acerca dos marcadores sociais que constituem o padrão/modelo de ser humano. Pois, apenas assim será possível imaginar e construir um corpo social mais igualitário e equitativo, entendendo que somos diversos e diferentes, mas que isso não deve ser o suficiente para estabelecermos as desigualdades sociais.

O feminismo, no princípio, era pensado como meio de atingir uma igualdade quanto aos direitos, um campo para reivindicação e não concordância com os papéis sociais que eram impostos, porém o movimento feminista não-hegemônico sempre almejou mais, assim como, tenta expor relações de poder e suas estruturas, do mesmo modo, salienta controvérsias entre as classes. O que, de alguma forma, também trouxe um grande acervo teórico e diversificou as perspectivas feministas, oferecendo um conhecimento vasto acerca das mais variadas estruturas sociais. O saber foi monopolizado, isto é, permaneceu em mãos masculinas por séculos, então, desde o seu surgimento, o feminismo teve a finalidade de produzir sua própria base teórica, criticando a ciência tida como "racional" e verdadeira, que invisibilizou qualquer possível contribuição feminina. (SILVA, 2020)

Em outras palavras, a sociedade foi elaborada a partir de relações de poder, ideologias e uma cultura impregnada com intolerâncias e meios de dominação, que reafirmam junções que possuem a finalidade de atingir aos interesses das classes mais altas, como é o caso da ligação entre o masculino e o saber científico. (Ibidem) Assim, o movimento feminista empenhou-se em inserir mulheres para produzir ciência, questionando a hegemonia desta. Ou melhor, segundo a autora, as mulheres tinham que encarar o "androcentrismo", um processo que fica mais claro a partir da seguinte citação:

Com o desafio de produzir ciência de outro tipo, pesquisadoras feministas enfrentam o "androcentrismo" da ciência, que apaga, nega, invisibiliza e desqualifica o conhecimento feminista. Palavra de origem grega, associada à centralidade do ser do sexo masculino – o "homem", em oposição à "mulher" – [...] É um enfoque unilateral de pesquisa que privilegia a perspectiva masculina e a utilização de seus resultados válidos para generalizar homens e mulheres. (SILVA, 2020, p. 281)

Diante disso, podemos concluir que a linguagem, a ciência, a produção e a bibliografia acadêmica eram baseadas no androcentrismo e no eurocentrismo, o que

significava que o saber tinha cor e gênero, e que, se formos avaliar, também possuía classe, dado que para obter uma educação digna, boas oportunidades e ter seus estudos e teorias validadas, era necessário fazer parte da classe dominante.

É notável que as categorias de gênero, raça e classe não atuam sozinhas, mas sempre de maneira simultânea, visto que o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado compartilham de interesses semelhantes e permanecem sendo configurados para unirem-se e excluírem socialmente os sujeitos, reafirmando a hierarquização realizada através desses determinantes, mantendo o interesse das classes dominantes, ratificando e restabelecendo a presença do eurocentrismo no país.

A interseccionalidade também lança luz sobre as múltiplas opressões as quais as mulheres negras são submetidas, de maneira sistemática e simultânea. Ademais, sabe-se que as mulheres (de modo generalizado) se juntam quando a luta é contra o machismo e o sexismo, contudo, nem todas estas estão presentes na luta antirracista. As mulheres negras permanecem sendo alvo da sociedade, do Estado e das relações sociais, vistas como inferiores. Por isso, a interseccionalidade foi uma ferramenta revolucionária produzida pelo feminismo negro, trazendo a não separação desses determinantes sociais, analisando as distintas formas de dominação que se combinam, concluindo que esses marcadores sociais caminham conectados, que possuem a finalidade de manter as relações de poder exatamente como elas são. Dessa forma, a relevância da interseccionalidade como ferramenta analítica é imensurável, pois permite avaliar, de modo mais realista, a dinâmica e complexidade das relações sociais. Além de que, é um ótimo instrumento para criação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e inserção dos indivíduos - submetidos a este sistema estrutural desumano - em espaços antes destinados apenas a uma pequena parcela da população. (SILVA, 2020)

As desigualdades sociais são permeadas em tudo que diz respeito ao social, os costumes, os valores, os ideais, as crenças, o conhecimento, a política, o Estado, etc. Sendo assim, a população marginaliza identidades, e da mesma maneira, o sistema carcerário também atua levando em consideração marcadores sociais de raça e classe, o que estabelece o tipo de abordagem que estes indivíduos receberão e se os mesmos serão considerados inocentes ou culpados. Em resumo, pessoas negras são criminalizadas, principalmente quando são pobres.

A interseccionalidade permite entender as vulnerabilidades as quais cada indivíduo é acometido, percebendo que estas são concomitantes - e atuam em conjunto - buscando ter ciência acerca do impacto que esses processos de dominação-exploração têm nas vidas das pessoas. (COLLINS e BILGE, 2020)

Diante disso, a perspectiva interseccional também possibilita a percepção da localização social do sujeito, que pode ser um sinônimo do seu lugar de fala, isto é, focado em quem fala, em quais marcadores constituem a identidade daquele indivíduo. Em outras palavras, se eu sou mulher, negra, pobre e LGBTQIA+, este é o meu lugar de fala, que diz respeito às minhas experiências e vivências pessoais, isto é, a minha localização social.

Contudo, é importante reafirmar que a interseccionalidade apesar de ter dado voz e visibilidade para indivíduos excluídos socialmente, não tem isto como o seu objetivo principal, mas é utilizado como um instrumento para expor e salientar as relações que estruturam a sociedade, os sistemas de poder, permitindo perceber a sociedade de maneira realista, com acervo teórico que oportuniza a compreensão das origens da cultura, da epistemologia e de ideologias problemáticas. E que, através dos recortes de gênero, raça e classe, já seremos habilitados e estaremos para executar uma investigação da população, através de um método mais minucioso. Porém, ofertar uma forma de pensar distinta da hegemônica, que não busca mais excluir determinados grupos, já oportuniza uma saída para o "silêncio" que havia sido imposto. Posteriormente, a partir do momento que obtivermos consciência e criticidade para examinar o corpo social e os seus pontos fracos, seremos capazes de ponderarmos formas de revolucionar e reformular esse sistema que produz e reafirma desigualdades.

O feminismo foi responsável por trazer novas perspectivas, teorias e estudos para diversificar a ciência da época, além de combater a hegemonia epistemológica. Dessa maneira, a interseccionalidade surge ressaltando essas teorias e perspectivas, evidenciando novos caminhos e olhares acerca do mundo. Sendo assim, demanda uma mudança em relação à práxis, dado que já houve o surgimento de novas teorias. Ou seja, as relações interseccionais expandem-se proporcionalmente à medida que as demandas por justiça e libertação crescem, propondo formas de superação dessas estruturas.

Como foi dito anteriormente, os determinantes de raça, gênero e classe produzem uma espécie de previsão ou predeterminação de fracasso ou sucesso

desses indivíduos, que dizem respeito às oportunidades, sendo estas de educação, trabalho, saúde, moradia, entre outras. E, é indiscutível que até mesmo as desigualdades sociais são experienciadas de formas distintas, de acordo com os marcadores sociais de cada indivíduo. (COLLINS e BILGE, 2020)

Este ponto da subdivisão do trabalho tem como objetivo demonstrar a ligação entre gênero, classe e raça e a impossibilidade de separá-los, o que fica enegrecido através da seguinte consideração:

Da mesma forma, a interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 34)

Do mesmo modo, estabeleço como conclusão desse tópico uma reflexão acerca da pandemia de COVID-19, que explicitou uma realidade característica da sociedade capitalista: o impacto das crises será sempre maior nas populações mais pobres. E ainda, revela um aumento dos casos de violência contra a mulher, explicitando uma relação de poder do gênero masculino sobre o feminino, ressaltando a teoria do mandato de masculinidade, que seria uma demonstração da violência patriarcal, trazida por Segato (2017), pondo em destaque as concepções de racismo e sexismo no Brasil, discutidas por Gonzalez (1984), entendendo a necessidade das intersecções de raça e classe para analisar a violência de gênero. Através disso, é possível perceber que a violência, utilizada como forma de legitimar e reafirmar ideais machistas, é também resultado dos processos coloniais e da ideologia sexista, está atrelada à pobreza e à raça. Ademais, marcam o uso de técnicas violentas e coercitivas, que tentam inibir quaisquer contrariedades ao sistema patriarcal; isto é, ratificam o silêncio das vozes que já não são ouvidas.

A desigualdade socioeconômica evidencia uma diferença a respeito das oportunidades, ao acesso aos bens sociais e, na conjuntura atual, as injustiças do capitalismo são acentuadas. É perceptível que mesmo com a pandemia, as classes dominantes não encontram os mesmos obstáculos em razão do seu poder aquisitivo, que facilita o enfrentamento dessa crise global. E ainda, devido aos determinantes sociais, que implica diretamente nas condições de vida do indivíduo, a disseminação do vírus se propagou rapidamente em comunidades menos privilegiadas.

Segundo os dados do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (2021), anteriormente ao período pandêmico, o percentual de pobreza em relação às mulheres negras era de 33%, os de homens negros era 32%, enquanto para mulheres e homens brancos, era apenas de 15%. Entretanto, após a pandemia, mesmo com a implementação do Auxílio Emergencial, os números aumentaram, a taxa de mulheres negras subiu para 38%, a de homens negros para 36%, enquanto a de homens e mulheres brancos migrou para 19%. Sendo assim, é notável que há uma desigualdade absurda, que só pode ser explicada se considerarmos a perspectiva interseccional, que tem o intuito de perceber que a desigualdade não é um processo natural, visto que a ordem social é constituída de sistemas de dominação-exploração. Diante disso, vê-se que a pobreza, inerente ao capitalismo, envolve determinantes de gênero e raça. Isto é, a partir da posição de cada indivíduo em seus determinados grupos, o efeito da pandemia atingiu-o de maneira diferente.

Enquanto não houver um recorte étnico-racial e de gênero acerca das crises socioeconômicas e até mesmo durante essa crise global, não serão implementadas ações afirmativas que busquem reduzir a discrepância absurda entre a população branca e a população negra, os pobres e os ricos e os homens e as mulheres, sendo incapaz de compreender a desigualdade que sempre existiu. A pandemia, como mostrado anteriormente, agravou a crise econômica e deu ainda mais força para políticas neoliberais, o que resultou em um aumento do desemprego, precarização das condições de trabalho, aumento dos casos de feminicídio, morte em massa, etc. Contudo, o presidente Bolsonaro permaneceu omissos, com um caráter negacionista, sem estratégias de enfrentamento à realidade. Desde o golpe de 2016, a democracia tem sido cada vez mais esvaziada e o governo do atual presidente, Jair Bolsonaro, amplia e reforça políticas antidemocráticas, regressão de direitos, além da ausência de políticas sociais. Por isso, são implementadas contrarreformas com teor neoliberal que promovem desmontes, impactando principalmente às classes subalternas, incluindo os povos negros, indígenas e as mulheres. Portanto, é enegrecida a relação de dominação das classes, que contém em seu seio opressões raciais e sexuais. Em resumo, a necessidade desse recorte étnico-racial e de gênero dá-se principalmente pela urgência de políticas públicas que abarquem essa distinção quanto ao acesso aos bens sociais e alcancem de maneira equitativa a sociedade, revelando que a sociedade brasileira é racista-capitalista-sexista. (EURICO, GONÇALVES, FORNAZIER, 2021)

Em suma, a interseccionalidade mostra que os determinantes sociais além de interligados, se influenciam mutuamente. E através da perspectiva interseccional, tem-se a oportunidade de analisar a distribuição de renda e a desigualdade quanto à acumulação de riqueza, que manifesta e revela as estruturas de poder da sociedade, demonstrando os sistemas de opressão que permanecem intrínsecos.

O capítulo a seguir aborda acerca do Serviço Social e da interseccionalidade, analisando como esta ferramenta analítica, tratada aqui, pode contribuir com a análise crítica dos assistentes sociais, além de perceber a imprescindibilidade da inserção da questão racial no aporte teórico-metodológico do Serviço Social.

## 4 O SERVIÇO SOCIAL E A INTERSECCIONALIDADE

### 4.1 A QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL

O capítulo tem o objetivo de evidenciar a importância da perspectiva interseccional para a análise crítica do profissional de Serviço Social, discutindo, em primeiro lugar sobre a insuficiência do marxismo quanto a compreensão da complexidade presente na sociedade, e em seguida acerca das contribuições e considerações possibilitadas através da teoria interseccional e da sua utilização como ferramenta analítica.

Para iniciarmos o debate, antes, é necessário abordar acerca do surgimento do Serviço Social e sobre as bases que permeiam a sua origem. O Serviço Social no Brasil surgiu através de uma associação com a Igreja Católica, por volta de 1930, possuindo um caráter benemerente, caritativo, religioso e conservador, visto que estava diretamente ligado aos dogmas da Igreja Católica, que almejava a “perfectibilidade” humana, que naquela época, significava usufruir do acesso aos bens sociais, ou seja, manter boas condições de vida, dado que o indivíduo que não atendesse suas próprias necessidades, era visto como imperfeito ou fracassado, alimentando uma perspectiva culpabilizante. E ainda, se iniciou com ideais metafísicos e com a concepção tomista e neotomista que trazia a dialética da fé e da razão. Nessa realidade, o profissional de Serviço Social era considerado um fornecedor do bem comum. (ABRAMIDES, 2016)

Ademais, não era pontuado ou percebido que o capitalismo oferece oportunidades extremamente desiguais, e ainda, retém determinantes sociohistóricos (como gênero e raça) que impactam de modo direto na qualidade de vida do sujeito (classe). Por isso, quando Marx aplica a lei da contradição para estudar a estrutura econômica da sociedade estritamente capitalista, fica explícito que para acabar com as opressões sociais, antes precisamos acabar com o principal causador das desigualdades: o capitalismo. E, como já vimos, em Marx (2005), o Estado no capitalismo age como ferramenta política da burguesia, atendendo aos seus interesses. (MARX, 1989b)

A agudização das expressões da questão social sofrendo influência do processo de industrialização e da urbanização, fez com que o Estado compreendesse a necessidade de uma profissionalização do Serviço Social, que até então era apenas

um movimento leigo da Igreja, para apaziguar estas expressões, almejando conter prováveis revoltas. Dessa forma, houve um processo de tecnificação oportunizado pela institucionalização do Serviço Social com a criação de escolas que ainda mantinham vínculo com a Igreja Católica. Porém, mesmo com seus pontos negativos e dificuldades, foi um momento importante, porque trouxe as primeiras técnicas de intervenção do profissional de Serviço Social, mesmo que ainda fossem pautadas numa perspectiva norte-americana, tecnicista, funcionalista e mecânica. (ABRAMIDES, 2016)

Durante os anos 60, o Brasil enfrentou modificações no campo social, político e econômico, e é importante destacar a ditadura militar instaurada durante esse período. A renovação conservadora e essas modificações citadas anteriormente interferiram na prática e também na formação profissional do Serviço Social. A autocracia burguesa (conceito criado por Florestan Fernandes, que significa que o poder está nas mãos da burguesia, criticando a sociedade e a falsa democracia) buscava uma repetição do Serviço Social tradicional, com sua prática e formação que já eram existentes, mas combinados com a realidade e as mudanças da época, tendiam para uma reformulação do Serviço Social, principalmente pelas situações novas. (MOTA e RODRIGUES, 2020)

O processo de Intenção de Ruptura esteve marcado pela adesão profissional ao viés crítico do marxismo, ocorrido durante o final da década de 1970 e início da década de 1980 no Brasil. Período possibilitado pelo enfraquecimento da Ditadura Militar (1964-1985) que governou o país por 21 anos e impôs diversas práticas de controle social com base na repressão, como: cassação de direitos políticos, exílio, tortura, remoção de Habeas Corpus e a remoção de perspectivas de análises críticas, entre elas o marxismo, da educação brasileira. Decorrente disso, surgiram diversas iniciativas da sociedade civil em prol de eleições diretas e da formulação de uma nova Constituição para o país, lei essa que fosse capaz de criar bases jurídicas para a expansão dos direitos sociais e também garantir a liberdade individual de cada cidadão. (NETTO, 2009)

Essa renovação conservadora elabora um mercado nacional de trabalho mais amplo e consistente para os assistentes sociais, sendo essa a nova referência da profissão e não mais os ideais da Igreja. O mercado de trabalho se expande juntamente com a industrialização intensa da época, que acentuaram a questão social

através das relações ligadas ao capital, necessitando de uma reorganização do Estado para gerenciar esse desenvolvimento capitalista, havendo uma reformulação nas ferramentas do governo que intervieram nas expressões da “questão social”, uma alteração na estrutura organizacional e funcional. (SILVA, 2007)

A partir disso, houve uma análise mais complexa dos mecanismos que se inserem os assistentes sociais, decorrente da ampliação das políticas sociais e das consequências desse modelo econômico vigente. Isto é, através do mercado nacional, novas exigências eram colocadas para o Serviço Social, que exigiam desta profissão novos meios de conceituação e de atuação. O quadro macroscópico da autocracia burguesa, mudava as demandas em relação ao perfil da profissão, com traços mais racionais e mais fundamentados, exigindo uma prática e formação modificadas, o que foi um ponto culminante para o processo de renovação do Serviço Social. (ABRAMIDES, 2016)

Contudo, apesar do movimento de reconceituação do Serviço Social ter sido influenciado também por ideais conservadores, passou a significar o compromisso do Estado para com a sociedade. Ou seja, o Estado, antes isento de suas obrigações, agora, necessitava intervir nas desigualdades sociais que resultaram do sistema capitalista, isto é, na questão social. E ainda, foi um momento de aproximação com as teorias marxistas, o que foi o maior responsável pela fundamentação e capacidade crítica nesse momento. (MOTA e RODRIGUES, 2020)

Outrossim, é relevante destacar acerca do objeto de estudo do assistente social; Ivone (2008) e Josiane (2008) consideram que é importante para o estudo da gênese da questão social, levar em consideração as particularidades históricas. Uma importante diferença é que no período colonial, não existem recursos suficientes para responder a demanda de toda a população, enquanto no capitalismo, existem, visto que a produtividade é muito maior e a má distribuição não é natural, isto é, não é como no período colonial, que seria também devido ao resultado da produção da época, mas sim de um sistema econômico que lucra sendo cruel. Mas, ressalto que no período colonial já existia a crueldade, o desejo de lucro e a concentração de riquezas nas mãos de uma hegemonia, porém, tinha uma produção consideravelmente inferior à do sistema capitalista. No capitalismo, a pobreza é socialmente produzida e resultante também de posicionamentos sociopolíticos e não pode mais ser naturalizada, porque se baseia em interesses políticos e sociais. Outra diferença do

capitalismo são os avanços tecnológicos. E considero que a conscientização, ou ao menos, o seu processo de conscientização dos subordinados é algo novo, decorrente do capitalismo e de suas expressões da questão social, essas condições de vida tencionaram os trabalhadores e estes recobriram seus sentidos e começaram a sua resistência.

Por conseguinte, o Serviço Social deveria promover perspectivas de emancipação humana e política, a fim de contribuir significativamente nas condições de democratização de acesso e oportunidades na população, além de auxiliar na transição da classe em si para a classe para si, oportunizando esse desenvolvimento da conscientização. E ainda, precisa se articular para contribuir significativamente no enfrentamento às expressões da questão social, possibilitando uma redução do seu impacto.

Dessa forma, é indispensável compreendermos determinadas faltas que estão no seio do Serviço Social, e que para atuar em prol da equidade, tem-se o compromisso de utilizar uma ferramenta que ofereça uma perspectiva capaz de considerar as avenidas identitárias dos indivíduos, assim como, a realidade vivenciada por cada um desses corpos, pois, dependendo da sua localização social, estas experiências se distinguem. Assim, o foco é perceber que é indubitável reafirmar a relevância da pauta racial dentro da formação e atuação do profissional do Serviço Social. Isto é, colaborar com a sociedade, ofertando ângulos que considerem a sociedade através do macro, sem fechar os olhos para as demandas daqueles que estão na base da pirâmide social.

O marxismo, que demonstrou sua importância para o Serviço Social ao longo dos anos, não pode ser colocado em um patamar que o exclua de questionamentos, considerando que este, ainda que tenha sido um ponto de vista valoroso para pensar as relações sociais, mantenha o seu olhar social sobre a classe, desprezando a abordagem da questão racial. Além disso, o conceito de "questão social", objeto de estudo dos profissionais de Serviço Social, não engloba as discussões acerca das consequências trazidas pelo período colonial e escravista. Diante disso, torna-se contraditório pensar em uma questão social que não compreende o processo histórico de construção do Brasil e do seu povo, e ainda, uma formação de profissionais que irão atuar em seu centro que desconsidera desigualdades sociais que foram estabelecidas desde antes da formação do sistema econômico capitalista. (GONÇALVES, 2018)

Por isso, as pautas raciais foram abordadas por marxistas apenas no início do século XX, não sendo até então pensado como um problema da classe trabalhadora, mas sim, como uma opressão responsável pela segregação da classe. E que, estas não eram analisadas como integrantes da luta contra o sistema capitalista, nem muito menos como uma demanda. Assim, nem todos os teóricos marxistas concordaram em inserir ou dar visibilidade à questão racial, visto que muitos reproduzem o mito da democracia racial e preferiram permanecer omissos. (OLIVEIRA; PINTO; ALVES, 2017)

Para entendermos melhor o que foi exposto, destaco uma citação para enegrecer a discussão:

Portanto visualizo que o marxismo, não apresenta substrato histórico, teórico e metodológico que possa responder a todas as expressões sociais da atual conjuntura brasileira. Mas, no entanto, reconheço ser – o Marxismo – a mais apropriada perspectiva, de compreensão e decodificação para a atual conformação sociopolítica em vigor, o Capitalismo. (OLIVEIRA; PINTO; ALVES, 2017, p. 101)

Isto é, o marxismo não deve ser a única base teórico-metodológica responsável por contribuir para a atuação crítica do assistente social, dado que ele não abrange todas as relações presentes na sociedade. Contudo, é uma teoria fundamental para compreensão do capitalismo, e que, se somada a um entendimento de outras questões que acometem a sociedade, como a questão racial, foco deste tópico, estará mais perto de assimilar a complexidade vigente no corpo social.

Entretanto, para entender mais sobre a questão racial, é indiscutível tratar acerca da trajetória histórica da população negra. Apesar de já termos completado 134 anos desde que a abolição ocorreu, esta marcante revolução, e que apesar de ter dado nome a uma figura branca, foi resultado da luta de uma massa popular, que estava cada vez mais empenhada em pôr um fim a essa escravidão; também representou a ratificação dos interesses da elite, que abominavam a igualdade entre brancos e negros. Sendo assim, os negros recém-libertos não contavam com uma integração, e muito menos novas oportunidades. Isto é, não houve a criação de políticas públicas para inserção do povo negro ou até mesmo para a participação destes na cidadania. (GONÇALVES, 2018)

A abolição da escravatura apenas proibiu o trabalho escravo, porém, estes também não tinham nem sequer a possibilidade de vender sua força de trabalho. Por

conta disso, passaram a ficar nas ruas, visto que não tinham acesso a nenhuma ocupação profissional que oferecesse meios para sua subsistência. O Código Criminal de 1890, apontava todos esses que ficavam "ociosos" como "vadios", possibilitando o uso do Estado como aparelho repressivo, responsável por manter a estrutura das relações sociais como eram construídas, atendendo aos desejos das classes mais altas, que queriam restabelecer o seu poder. (PAULINO e OLIVEIRA, 2020)

Sendo assim, o Estado passa a buscar controlar essa população, além de reafirmar a diferenciação com base na categoria raça, pois através da colocação destes como "vadios" tinham mais um motivo para serem estigmatizados, limitando a tal liberdade que eles agora tinham "acesso", promovendo o que chamamos de segregação racial. (ibidem)

Essa realidade não foi passageira, considerando que ainda:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. (GONÇALVES, 2018, p. 515)

Desde o fim da abolição, as classes dominantes buscavam um jeito de justificar a sua dominação, utilizando das teorias raciais, que já pontuamos anteriormente, além de sugestões de teorias para o embranquecimento, que era colocado como a resposta para diversas questões da época. E ainda, a ideologia da democracia racial, que isentava o Estado e a sociedade civil de pensar em formas de enfrentamento ao racismo, dado que, para muitos, não era algo concreto no Brasil. (PAULINO e OLIVEIRA, 2020)

Em outras palavras, para as classes mais altas, era mais vantajoso que a problemática racial continuasse invisibilizada para que estas não tivessem que abrir mão de seus direitos e privilégios. Assim, as relações sociais foram estruturadas através dessas ideologias e perspectivas deturpadas, ou seja, elas estão fundamentadas em desigualdades.

Além disso, é importante pensar que a escravidão e a colonização fizeram parte da estruturação do Brasil, e que assim, para analisarmos a nação, de maneira totalitária, precisamos abordar os seguintes temas, estudando o processo histórico de constituição do país.

Portanto, fica mais explícito a seguinte citação de Brah (2006, p. 344) apud Lima (2022, p. 243):

(...) cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações.

Os negros eram postos como inferiores e indesejáveis até mesmo para formar a classe trabalhadora, que tinha preferências por trabalhadores brancos, baseados no eurocentrismo. Quando era conveniente, eles eram vistos como mais adequados para trabalhos braçais, contudo, a partir da abolição da escravatura, eram tidos como inapropriados para o trabalho pago, reafirmando a superioridade branca. (ibidem)

As teorias raciais, trazidas anteriormente, foram muito mais do que apenas estudos para provar a superioridade branca, pois também veio acompanhada de uma ideologia que apontava os negros como "classes perigosas", criando um estereótipo da violência que utilizava dos corpos negros. Além disso, estes eram os culpados por qualquer falha social.

A abolição, conquista do povo negro, ainda que tenha tido apoio das classes dominantes - mesmo que com uma motivação de caráter capitalista, que era constituída dos próprios interesses, ligados ao lucro -, estes abriram mão assim que este direito foi conquistado, porque naquele determinado momento, a ganância de ter sempre mais estava em jogo, visando a melhoria de sua própria classe, sem mais se importar com os que precisariam ser ignorados no caminho. Pois, a começar do fim da escravidão, a ideia de que teriam imigrantes para substituir os escravizados e oferecer, talvez, um maior rendimento, incentivaram a aceitação da abolição. Isto é, havia muito mais em questão.

A transição de modelo econômico, após o escravismo, fez com que o capitalismo tivesse embasamento em uma ideologia racista e segregacionista. Dessa forma, as relações sociais estão carregadas de opressões, que como vimos durante o seguinte trabalho, não se baseia apenas em uma construção patriarcal, assim como,

não é somente racista, porque atua de forma simultânea. Por isso, Gonçalves (2018, p. 515) afirma que:

(...) a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro.

Dessa forma, a questão social é resultado dessa transição de sistema econômico. Ademais, com a gênese do Serviço Social, a população negra era maioria quanto às pessoas que necessitavam da benemerência e caridade que estiveram presentes durante os primeiros anos da profissão, posto que o Serviço Social surgiu através de interesses das classes dominantes e com associação com a Igreja Católica, como foi descrito anteriormente. (CARVALHO, 2018)

Inicialmente, a questão social era vista como imoralidade, então, sabemos que foi fortemente relacionada com o povo negro também, demandando a intervenção do assistente social que atuaria como uma espécie de educador moral, responsável por apaziguar a sociedade.

Na maioria das vezes, especialmente quando é utilizada uma perspectiva marxista, a pobreza é explorada como resultado de uma distribuição desigual de renda ou até mesmo a respeito da exploração do trabalhador pelo patrão, contudo, esse tema é muito mais complexo do que aparenta, visto que, como já vimos, envolve efeitos da colonialidade (raça), assim como, o caráter patriarcal que também acomete as relações sociais e as suas estruturas. E, mais uma vez, é ratificada a relevância de compreender gênero, raça e classe e suas interconexões, ou seja, o fato de que estas categorias estão imbricadas, destacando assim, como a interseccionalidade surge como ferramenta analítica para percebermos as bases das relações construídas na sociedade. (ibidem)

Ademais, é essencial salientar a urgência a respeito da percepção de que o patriarcado é racista, bem como, o racismo é patriarcal, o que pode ser explicado através da figura que foi posta como exemplo da humanidade: um homem, branco e hétero. Por isso, a escravidão também envolve questões patriarcais, visto que os negros eram propriedades de um homem branco. E por outro lado, o processo escravista é também misógino e sexista, considerando que não reconheciam as mulheres negras como mulheres, já que o povo negro não era nem visto como humano e as mulheres eram destituídas do seu gênero, e quando estas eram vistas

como “fêmeas”, tinham o único intuito de servir aos interesses e desejos do seu senhor, sendo estupidadas e utilizadas como objetos sexuais.

Após os seguintes apontamentos, sabe-se que as estruturas sociais estão carregadas de ideologias de opressão. Desse modo, o racismo, o machismo, assim como outras formas de discriminação são inerentes ao indivíduo, em outras palavras, para que uma pessoa possa não reproduzir problemáticas sociais esta terá que se manter alerta, e ainda, estudar sobre pautas sociais para que desconstrua do seu íntimo a naturalização dessas questões. Pois, como seres sociais, desde muito novos comportamentos ou até mesmo papéis sociais são ensinados e perpetuados de geração em geração.

Por outro lado, é uma realidade que envolve luta e resistência para que mais pessoas possam alcançar a consciência e passar a se responsabilizar pelos seus atos, o que reflete na necessidade de a população obter um pensamento crítico, capaz de analisar, de modo recorrente, suas falas e ações.

Entretanto, apesar de parecer uma batalha apenas política, é especialmente cultural, visto que abrange costumes e uma valorização de cultura que reproduz ideais eurocêntricos, menosprezando qualquer contribuição da cultura afro-brasileira. Sendo assim, demanda o entendimento da origem dos nossos "padrões" e o questionamento do que empregamos como cultura, em razão da participação histórica da população negra, que pode-se pontuar como exemplo prático a mulher negra na posição de escrava, que era obrigada a cuidar dos filhos das mulheres brancas, onde esta também participava da educação e desenvolvimento das crianças.

Diante disso, é notável a conexão entre o capitalismo e o colonialismo. Por isso, destaco a seguinte citação de Carvalho (2018, p. 6):

Corroboramos com a leitura de Ianni por considerarmos que o colonialismo nas Américas foi a fase inicial da sociedade das mercadorias e dessa maneira possibilitou a acumulação primitiva que fomentou o desenvolvimento das forças produtivas não só da sociedade capitalista europeia, mas também no Brasil.

Sendo assim, como o objetivo da formação do profissional de Serviço Social é possibilitar que este possua pensamento crítico para proporcionar uma atuação mais justa e humanizada, para isso, é necessário que os assistentes sociais tenham a habilidade de questionar as suas bases e de formular novas perspectivas, pois estamos em constante desenvolvimento da nossa sociedade, e com isso, é

fundamental que os profissionais acompanhem esse progresso, aderindo novas pautas e críticas, possibilitando um enfrentamento às implicações sociais, entre elas, o racismo e a colonialidade. Além de assimilar que o marxismo sozinho não é capaz de entender a essência das relações sociais, assim, dificultando a intervenção dos assistentes sociais na questão social, que, como foi visto, é resultante do período pós-colonial.

#### 4.2 A IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NA ANÁLISE CRÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Neste tópico, trago uma análise acerca dos anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), referentes ao ano de 2018, porém, que tiveram sua publicação em 2019, visto que por conta da terrível pandemia de COVID-19, que acometeu a todos, não foi possível a realização do ENPESS nos anos seguintes, dado que este acontece a cada dois anos, o que significa que o próximo teria sido em 2020, onde ocorreu o início e o grande auge da disseminação do vírus da COVID-19.

Em 2019, o ENPESS publicou 1.065 trabalhos referentes ao Encontro Nacional realizado em 2018. Dentro desses trabalhos, apenas 14 utilizaram o termo "interseccionalidade" (apêndice A), onde a maioria, apesar de utilizar de maneira introdutória ou superficial, necessitou da análise interseccional para abordar avenidas identitárias ou categorias diversas, tratando de assuntos distintos, mas aplicando a análise interseccional para entender a particularidade e posição social de cada indivíduo, o que demonstra que a interseccionalidade é um tema vasto e rico, capaz de ampliar o olhar crítico do profissional de Serviço Social em diversas áreas. Dessa forma, entende-se que a perspectiva interseccional é um contribuinte essencial para os assistentes sociais, considerando que, apesar de ter surgido através do feminismo negro, também pode ser implementado para a análise de questões que estão além das categorias de gênero, raça e classe.

Desse modo, detalhando melhor, há artigos que tratam do conceito da interseccionalidade, sua origem e sua importância; alguns utilizam-na como ferramenta para analisar marcadores sociais; também abordam para reafirmar a sua relevância para ampliação do olhar quanto à realidade social; além de ter também trabalhos que empregam-na para enriquecer a compreensão acerca da questão

social; assim como, por outro lado, há pesquisas que o abordam para entendimento dos processos estruturantes que colaboraram para a vulnerabilidade de uma população específica.

Ademais, sem contar os 14 artigos que citam diretamente a interseccionalidade, eu percebi mais 13 trabalhos que abordavam as categorias de gênero, raça e classe ou acerca de dois destes determinantes (apêndice B), que como foi posto neste artigo, sempre resulta na abordagem de classe, mesmo que este não seja o enfoque da pesquisa, porque a realidade social de uma mulher negra está estruturalmente ligada às demandas da classe social e suas adversidades. Sendo assim, tem-se um total de 27 artigos que compartilham de ideais semelhantes aos empregados neste trabalho, que entendem o valor da perspectiva interseccional ou da análise de distintas avenidas identitárias para a atuação crítica do profissional de Serviço Social.

Entretanto, verifica-se a escassez de pesquisas que tratam da perspectiva interseccional, visto que apenas 27 trabalhos entre 1.065 apresentaram alguma aproximação com o tema. Portanto, os assistentes sociais encontram uma limitação quanto ao entendimento da totalidade do corpo social, em vista das desigualdades de gênero e raça presentes no esqueleto da questão social, que é o foco do profissional de Serviço Social, além de ser parte das vivências da classe trabalhadora, camada social que temos que nos associar. Por esse motivo, é importante que tenhamos cada vez mais produções na área da interseccionalidade para contribuir com a atuação crítica do assistente social, além de oferecer subsídios para o seu fazer profissional e uma proximidade com o nosso projeto ético-político.

Sendo assim, é notável que a inserção da interseccionalidade como ferramenta analítica para o dia a dia de um assistente social é valorosa e fundamental, considerando que o profissional irá intervir na questão social, que como vimos, também é um fruto direto da questão racial, o que exige que o assistente social tenha um aporte teórico-metodológico acerca do tema, podendo perceber a sociedade de uma maneira mais aproximada e realista, sem alienação. Dessa forma, temos a possibilidade de ofertar uma intervenção mais consciente, crítica e equitativa, pois, dentro da nossa construção social, repleta de desigualdades, para alcançarmos uma atuação mais justa, é necessário abriremos mão da igualdade e aplicarmos a equidade, dado que existem diversas opressões presentes em nossas relações sociais, que

acometem mais a um indivíduo do que a outro, demandando um olhar mais específico a respeito da vida em sociedade.

O livro "O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional" escrito por Marilda Iamamoto (1998) exemplifica a necessidade do assistente social de se ater ao contexto atual, de manter-se em constante estudo, percebendo os avanços e mudanças para que as dificuldades em sua atuação possam ser reduzidas. Além disso, considero que foi um trabalho que demonstra o sentido dessa pesquisa, a percepção acerca da demanda por conhecimento da realidade em que os indivíduos estão inseridos, capacitando uma melhor atuação crítica do profissional de Serviço Social.

Para entender a afirmação anterior, evidencio a seguinte assertiva:

(...) para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão "de dentro" do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação. (IAMAMOTO, 1998, p. 20)

Através disso, entendo que Iamamoto aponta a bolha em que o Serviço Social insiste em se localizar, onde este se aprisiona às bases marxistas, abrindo mão de aportes teóricos que possam contribuir com uma visão mais ampla acerca da sociedade em que vivemos. E por isso, fica enegrecida a demanda por uma intervenção que compreenda os interesses das massas e as suas necessidades. Isto é, a partir de uma fundamentação teórica que engloba um entendimento a respeito das estruturas das relações sociais, os assistentes sociais terão a capacidade de propor novas estratégias para sua intervenção.

Em outras palavras, enquanto o profissional de Serviço Social não se ater às lutas dos movimentos sociais e as reivindicações das classes sociais, o seu fazer profissional tende a compactuar com o Estado, regredindo em seus ideais, estando novamente comprometido com os interesses da burguesia. Dessa forma, poderá refletir as estratégias de dominação, além de funcionar como um dispositivo de poder das classes dominantes. Pois, se não soubermos a realidade da sociedade em que

atuamos, não teremos a possibilidade de propor estratégias de enfrentamento à questão social.

Além disso, a Marilda reafirma que o exercício profissional do assistente social vai muito além do papel de "executor", o que fica explícito através do seguinte trecho:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (ibidem)

Ou melhor, o profissional de Serviço Social atua no seio da questão social, porém, este precisa entender que a sua função vai muito além de executar, visto que este também tem o dever de propor melhorias para a sociedade, e que para isso, faz-se necessário que os assistentes sociais estejam atualizados acerca do contexto vivido. Como por exemplo, atualmente, estamos experienciando um momento repleto de cortes aos gastos sociais, retrocessos, privatizações, e ainda, desemprego em massa, além de uma regressão quanto aos direitos sociais. E, em toda a crise, pode-se destacar quais são os principais alvos, isto é, os mais afetados. Desse modo, a perspectiva interseccional contribui para que possamos formular políticas públicas que reduzam o impacto (que tem efeitos mais intensos) nas pessoas que apresentam maior vulnerabilidade social.

Diante disso, a luta antirracista, antisexistista, anticapitalista e antipatriarcal são essenciais para enfrentar o período neoliberal e conservador que estamos experienciando, principalmente quando o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, representa e reforça a misoginia, o machismo, o racismo, o capitalismo, a homofobia e tantas outras formas de opressão e violência, propagando discursos de ódio e naturalizando discriminações, manipulando e alienando os seus eleitores. (PEREIRA, 2020)

E ainda, quando partimos do projeto ético-político do Serviço Social, entendemos que o intuito é desconstruir todas as facetas da exploração e dominação da sociedade e reformular as suas estruturas, assim como, as violências e opressões que estão intrínsecas, elaborando um corpo social mais equitativo e justo, apresentando-se mais uma vez a importância da perspectiva interseccional e das categorias de gênero, classe e raça para o assistente social, que irá utilizá-las como maneira de efetivar o acesso aos bens e serviços para todos. (FRANÇA, 2013)

Decorrente do que foi posto, a ideia é que o assistente social possa elaborar uma formação acadêmica comprometida com as categorias de gênero, classe e raça, porque estes marcadores sociais são inerentes ao processo de formação da nação brasileira, e por isso, precisam estar presentes nos fundamentos do profissional de Serviço Social, já que este estará diretamente ligado com a sociedade e as questões entre capital e trabalho, que funcionam através de relações sociais, que embora já tenha sido apontado, possuem em suas bases processos dominadores e exploratórios. (PEREIRA, 2020)

Diante disso, os princípios que norteiam os assistentes sociais necessitam passar por um período de ampliação, onde serão acrescentados estudos acerca de gênero e raça, considerando que o determinante "classe" esteve no foco dos estudos de Serviço Social, através da teoria marxista. Por isso, a interseccionalidade surge, novamente, como uma resposta para as faltas e um campo de estudo que andarão lado a lado com a profissão como forma de pensar uma nova construção societária.

O Serviço Social, que carece da conciliação com as classes dominadas, deve formular políticas sociais que estejam diretamente associadas às demandas desse estrato social. Sendo assim, esse é um aspecto que precisa ser levado em consideração, o que o obriga a conhecer sobre as experiências vivenciadas por essa população e suas implicações.

Além disso, como foi tratado nos capítulos anteriores, as mulheres negras, que está acometida, geralmente, pelos três marcadores sociais (gênero, raça e classe) devem ser enfoques de estudo do profissional de Serviço Social, entendendo que estas sofrem violências e discriminações simultâneas que exigem uma intervenção qualificada, que compreenda as suas particularidades e reivindicações, visto que enfrentam a complexidade que é a veracidade da vida quando combinadas questões patriarcais, racistas, sexistas e de classe.

Ademais, alguns teóricos dentro de estudos acerca do Serviço Social, entendem a relevância das políticas sociais para o profissional, assim como, foi apontado em Iamamoto (1998) o papel do assistente social, contudo, estas são também uma forma de pensar as intervenções profissionais e a elaboração através da conexão com a sociedade visando o abrandamento da questão social.

As experiências do indivíduo são únicas, por isso, quando abordamos a sociedade através de um viés classista, praticamos uma análise insuficiente dessa realidade. Isto é, assim como ocorreu com as mulheres negras, que dentro do

movimento feminista tiveram que reafirmar que a generalização era problemática, se tratarmos o corpo social como "geral", estaremos desprezando demandas de grupos sociais, atendendo às reivindicações de apenas uma parcela das classes dominadas. Ou seja, nota-se que a perspectiva interseccional oferece um olhar particular e específico, que inclui e visibiliza pautas importantes dentro das individualidades de cada pessoa, possibilitando um olhar mais minucioso. Inclusive, as categorias que são objeto de estudo desta pesquisa não são as únicas presentes em toda população, contudo, são avenidas identitárias que oportunizam a percepção acerca de processos da formação social brasileira. (PORDEUS e VIANA, 2021)

E ainda, é imprescindível discutir sobre as bases do Serviço Social, que em sua maioria, são também políticas, visto que o assistente social se constitui como uma importante ferramenta para possibilitar a consciência de classe, que seria a transição da classe em si para a classe para si, o que significa que o profissional tem um papel decisivo para com a classe trabalhadora. Ou melhor, isso significa, mais uma vez, na imprescindibilidade da análise interseccional, que aparece como ferramenta que proporciona que as classes exploradas recobrem os sentidos.

Além de tudo isso, é necessário entendermos a complexidade da atuação do profissional de Serviço Social, que pode ser melhor explicado através da seguinte citação, que também avalia a magnitude dos estudos dos determinantes sociais tratados aqui:

Sendo a Assistente Social formuladora, implementadora, executora de políticas é de suma importância que a profissional reflita tendo como base seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo as questões de gênero e de raça como eixos fundantes da Questão Social, para operacionalizar suas ações de forma não discriminatória às demandas postas no cotidiano profissional, pois é nesse momento em que a diversidade racial passa a ter contornos de desigualdade social. Entretanto, tal reflexão não deve se restringir à atuação profissional apenas, se faz necessária uma formação profissional comprometida com o fim de todas as formas de opressão, como respaldado pelo Código de Ética Profissional, com análises críticas sobre as desigualdades de gênero e raça. (SILVA, 2017, p. 43)

Outrossim, como alguém qualificado, o assistente social necessita desconstruir ideologias e preconceitos, sem compactuar com as relações de dominação e exploração que estão contidas dentro da construção societária. Pois, como profissional que atua no enfrentamento dessas discriminações e na questão social, este tem o dever de estar apoiado em um estudo contínuo, que propicie o perecimento de suas próprias intolerâncias, sejam elas quais forem, respeitando o seu

compromisso com as classes subalternas e o seu papel diante da multidimensionalidade da questão social.

Diante disso, entende-se a demanda por produções no campo interseccional para que os estudantes da graduação construam uma percepção crítica e sejam os próximos formuladores de políticas sociais, trazendo um raciocínio mais justo, e ainda, que estes possam cumprir o seu dever com as pessoas localizadas na base da pirâmide social.

Dessa forma, espera-se que os futuros profissionais de Serviço Social reconheçam, em maior intensidade, que o seu papel é fundamental para as classes exploradas e perpetuem a importância da interseccionalidade, realizando estudos e pesquisas para disseminar essa ferramenta de análise, ampliando a conceituação, as bases e a compreensão da própria profissão.

Pois, se houver esse reconhecimento, ao longo do tempo, cria-se a possibilidade de ser uma disciplina obrigatória para os estudantes de Serviço Social, considerando que estudos que envolvam temáticas raciais ou de gênero ainda estão como optativas dentro das graduações, algo insustentável diante da sociedade em que vivemos. Sendo assim, como obrigatórias, oportuniza uma soma aos estudos e teorias marxistas, oferecendo uma completude maior, que propiciará um conhecimento superior quanto à coletividade social.

O movimento de reconceituação do Serviço Social, como dito, foi um processo de ruptura com diversos ideais conservadores e a construção benemerente da profissão, além de se caracterizar como um período que valorizou a aproximação com movimentos sociais e suas reivindicações. Contudo, apesar dessa ligação, o Serviço Social, mesmo após diversas modificações e reformas internas em suas bases, fundamentações e até o seu fazer profissional, ainda existia uma distância quanto a uma teoria que pudesse explicitar a realidade dos indivíduos. Pois, mesmo que o marxismo tenha oportunizado grandes revoluções para a profissão, como uma ótima leitura acerca das relações capital x trabalho, ainda era insuficiente para abarcar, sozinho, algumas categorias sociais.

Ademais, o Serviço Social, conta com profissionais, em sua maioria, do gênero feminino. E ainda, o público atendido (os usuários), são principalmente mulheres, e se formos fazer um recorte étnico-racial, estas são também negras, o que mais uma vez, reafirma a imprescindibilidade de uma análise interseccional, que permita que as assistentes sociais possam ter um olhar mais crítico e se desfazerem

das construções societárias deturpadas com um viés patriarcal, racista, sexista, colonial e capitalista.

Sendo assim, estudos feministas (que abordem a questão das discriminações e opressões através do gênero) são também fundamentais para pensar as bases teórico-metodológicas do Serviço Social, assim como, o técnico-operativo. Em outras palavras, o Serviço Social precisa aplicar teorias advindas do próprio feminismo negro para interseccionar as suas concepções, além de compreender mais sobre as mulheres que são atendidas através das intervenções, e não reduzi-las apenas à posição de usuárias de políticas assistenciais. Porém, a interseccionalidade não permite um olhar apenas acerca das mulheres, mas da população, de maneira individual, especulando como particulares as suas vivências.

Desse modo, o Serviço Social precisa estar comprometido com estratégias de combate às distintas formas de opressão constituídas na sociedade vigente. Além disso, a profissão tem o dever de inserir estudos de gênero e raça, para que estas categorias venham a acrescentar à teoria marxista, possibilitando abordagens e perspectivas mais amplas. Ou seja, é necessário decolonizar o marxismo, para que este esteja apto para enxergar através de uma lente interseccional, compreendendo os casos diversos que aparecerão durante a atuação profissional, como por exemplo, o racismo, a violência contra a mulher e tantos outros.

As feministas negras ressaltaram a importância de contestar o conhecimento baseado em uma construção eurocêntrica, que além de assimilar as mulheres como um grupo generalizado, avaliando-as através das demandas trazidas pelo movimento feminista hegemônico, composto por mulheres brancas e de classe média; também se baseavam em estudos de homens brancos. Desse modo, é imprescindível executar esse movimento também no Serviço Social, já que a presença de mulheres é tão acentuada. Isto é, quanto mais bibliografia tivermos acerca de gênero, classe e raça, mais perto estaremos de um fazer profissional mais justo. E ainda, quando destacamos a relevância dos estudos feministas, salientamos também outras categorias, visto que tais estudos envolvem considerações históricas e acerca da formação social do Brasil, o que nos permite entender sobre outros tipos de discriminação, ligadas a outros marcadores sociais. (LISBOA; OLIVEIRA, 2015)

Em suma, a luta feminista (não-hegemônica) não engloba apenas demandas das mulheres, mas é uma luta contra o sistema, ou seja, antipatriarcal, antirracista, anticapitalista, antissexista, contra todas as formas de opressão, porque acreditam que

não há como escolher contra qual discriminação lutar, a guerra é contra as estruturas deturpadas que promovem desigualdades e preconceitos, seja em qualquer área.

De outro modo, pode-se concluir que a partir de uma categoria social não há como analisar a sociedade e assimilar as desigualdades e a dialética das opressões. Sendo assim, torna-se indubitável utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica, possibilitando a compreensão das estruturas funcionais do corpo social.

Dessa forma, para um melhor entendimento das formulações aqui apresentadas, destaco a seguinte citação de Lisboa e Oliveira (2015, p. 107):

A maioria das pensadoras feministas considera que o marxismo, pelo menos o clássico com o qual o Serviço Social mais dialoga, é insuficiente para compreender o mundo social e nossas internalizações do mesmo. Para que siga sendo uma teoria e um método dinâmico e reflexivo, a sugestão é “feminizar” o marxismo, uma vez que nenhum socialismo é possível sem levar em consideração as questões que abordem equidade de gênero e relações sociais que não impliquem em exploração, dominação, discriminação e opressão.

Diante disso, é possível apreender que as autoras trazem a magnitude e indispensabilidade da inserção do debate de gênero dentro do marxismo, demonstrando que para atingirmos o objetivo proposto pelos ideais marxistas, é necessário pensarmos em um socialismo que seja composto por categorias sociais diversas, capaz de absorver as estruturas em que o corpo social está baseado. Ademais, já que o Serviço Social é constituído, em grande parte, por mulheres, tanto como profissionais quanto como usuárias, é primordial que a fundamentação teórica também seja de mulheres para mulheres, isto é, que contenham princípios advindos de teorias feministas.

Contudo, é inquestionável a importância do debate classista proveniente do estudo marxista, pois utilizando como exemplo o que já foi exposto anteriormente, o feminismo era elaborado e pensado por mulheres de classe média, que não compreendiam que os seus interesses atendiam apenas a uma parcela das mulheres, que não alcançaram as demandas apresentadas por mulheres negras, que compunham as classes exploradas (subalternas). Por outro lado, examinar ou supor que o sistema de opressão é baseado em uma categoria é muito restrito, o que significa estar muito longe de captar as bases estabelecidas para formar a sociedade brasileira, dado que existem múltiplas opressões e discriminações sociais, que operam de forma simultânea.

A partir disso, o conceito e valor da interseccionalidade surge como resposta para exemplificar os cruzamentos dessas categorias, sem a necessidade de uma hierarquização ou exclusão dos marcadores sociais. Desse modo, origina-se a urgência dos profissionais de Serviço Social escapar das noções desiguais e discriminatórias instrumentalizadas para justificar e conservar as formas de exploração e dominação de um grupo sobre outro, considerando aqui, primordialmente, homens brancos inseridos nas classes mais altas. Consequentemente, percebendo os indivíduos como sujeitos históricos. (HENNING, 2015)

Outrossim, como pontuado anteriormente, o assistente social não atua apenas como executor, mas também como profissional que possui a incumbência de formular políticas públicas, é preciso examinar as relações de poder para compreender a necessidade de cada categoria social e combater as estruturas de dominação.

Além disso, através da perspectiva acerca da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, visto que este precisa intervir nos movimentos populares, pois é o que está previsto na Lei de Regulamentação da profissão e no Código de Ética, tem-se uma atuação do profissional que possui a incumbência de proporcionar aos indivíduos reflexões que transformem a forma que eles pensam, sentem e vivem, podendo gerar meios populares de luta e resistência. Essa relação pode levar aos movimentos populares uma contribuição do assistente social para as lutas sociais, trazendo a percepção de quem conhece o Estado, as expressões da questão social e o sistema econômico. E para isso, o profissional de Serviço Social tem que manter-se atualizado quanto ao corpo social e as suas elaborações, e ainda, compreender a questão social em sua totalidade. (DURIGUETTO, 2014)

Por outro lado, os movimentos sociais, no âmbito da produção de conhecimento (durante a formação) do assistente social, proporciona a elaboração de teses e dissertações para construir um vasto conhecimento através destes (com destaque para os movimentos feministas, o movimento negro e o movimento da classe trabalhadora), contribuindo com a formação política e adquirindo informações técnicas, além de incrementar pesquisas sobre a relação entre as políticas sociais e lutas populares.

Enquanto no âmbito da intervenção profissional, há uma carência quanto à atuação do assistente social, ainda que seja relevante para este profissional atuar na

frente das mobilizações sociais e populares. A atuação deste associada com os movimentos sociais causam uma ruptura com os princípios institucionais e incrementam a práxis, que combinada com o projeto profissional dos últimos anos do Serviço Social Brasileiro, fortalece também o planejamento das políticas, tendo em vista as demandas dos movimentos sociais, fazendo-o de maneira mais racional e articulada com o corpo social, atendendo-os.

Dessa forma, como o papel dessa pesquisa é asseverar a importância e contribuição da perspectiva interseccional na análise crítica dos assistentes sociais, é determinante dar-se conta de que:

As Epistemologias Feministas têm se consolidado como uma opção reconhecida no campo científico, trazendo para o debate a importância da interseccionalidade, revelando uma preocupação com o aumento de múltiplas formas de desigualdade social, discriminação, exploração, opressão e dominação que tem atingido, principalmente as mulheres em todo o mundo. Para o caso brasileiro, vislumbramos o Serviço Social como uma profissão que possui em seus quadros 96% de mulheres e que atende majoritariamente mulheres no cotidiano de intervenção, incorrendo em um conjunto de possibilidades dirigidas a enfatizar o lugar que os Estudos Feministas poderiam ocupar na esfera da produção do conhecimento. (OLIVEIRA; LISBOA, 2018, p. 3)

Esta citação evidencia, novamente, o papel e a inevitabilidade da perpetuação da perspectiva interseccional e suas contribuições para o Serviço Social, demonstrando o quanto seria proveitoso esse instrumento de análise para o fazer profissional do assistente social, o projeto ético-político e a parte técnico-operativa. Em outras palavras, a urgência da interseccionalidade é marcada e apresentada como alternativa para complementar a teoria marxista, atuando em suas faltas. Pois, desse modo, o profissional de Serviço Social pode intervir na sociedade e atender os seus usuários estando respaldado de bases teórico-metodológicas que permitam um maior domínio sobre as suas áreas de trabalho. No entanto, enfatizo que o marxismo permanece sendo muito eficiente e produtivo para análises econômicas, como também para perceber as relações de capital e trabalho.

Ou seja, a ideia é de que através da percepção acerca dos benefícios acerca da implementação das discussões que contemplem as categorias de raça e gênero, que venham a somar juntamente com o entendimento de classe - que já está muito presente nas fundamentações da profissão -, sejam exploradas outras possíveis ações para o Serviço Social, oportunizando um olhar mais abrangente que assimile

as particularidades das experiências dos usuários e a sua localização social, reconhecendo o que as vivências específicas que a sua posição na sociedade oferece, assim, formulando uma intervenção capaz de considerá-lo em sua completude, apreendendo e atendendo às suas demandas.

## 5 CONCLUSÃO

A seguinte pesquisa tem o objetivo de apresentar e demonstrar a valorosa contribuição da perspectiva interseccional quando inserida no aporte teórico-metodológico do Serviço Social. Através disso, o presente trabalho busca apresentar as categorias de gênero, raça e classe e as suas estruturas diante da sociedade, analisando os sistemas de dominação-exploração que são inerentes ao corpo social, para que assim, construa uma intervenção mais racional e equitativa, considerando que este irá atuar na questão social, lidando diretamente com a população e as suas discrepâncias e problemáticas. Pois, como afirma Saffioti (2015), é necessário refletir que, dentro do modelo patriarcal, as estruturas de poder ratificam os privilégios do homem, branco, hétero e de classes mais altas.

Dessa forma, como foi visto anteriormente, o gênero foi pensado através de construções da sociedade, sendo permeadas culturalmente e no seio das relações sociais. Assim, o gênero feminino foi elaborado através de ideias dóceis e frágeis, — e nesse momento, é imprescindível perceber que a mulher negra não foi incluída dentro da construção do feminino, visto que esta era destituída do seu gênero, constantemente considerada um objeto — e ao masculino foi atribuído à coragem, a responsabilidade e o domínio da casa e da sua mulher, que até determinado período, era sua propriedade. (ibidem) Através disso, é notável a presença do contrato social e sexual, que insere os ideais patriarcais e sexistas, atribuindo o poder ao homem e a subordinação da mulher em todos os âmbitos. (PATEMAN, 1993)

Através disso, pode-se pontuar o surgimento de um feminismo baseado em demandas, reivindicações e realidades que englobam mulheres brancas de classe média, que tratavam com generalidade do que seriam as "mulheres", sem alcançar a experiência interseccional que uma mulher negra está submetida.

Sendo assim, compreende-se que a sociedade foi construída através de sistemas e ideologias que promovem a desigualdade, dado que esta se estabeleceu nas relações sociais, que são conservadas por gerações. Isto é, a desigualdade não é um processo natural, ela foi construída socialmente e atendendo aos interesses das classes dominantes. E ainda, a ordem social e as suas bases se explicitam ao considerarmos os determinantes sociais de raça, gênero e classe, visto que como o próprio termo já diz, determinam as estruturas do corpo social em que vivemos, além

de serem importantes pontos de partida para analisarmos a complexidade das particularidades e identidades de cada indivíduo.

Desse modo, é inquestionável o papel do capitalismo dentro das formulações das relações sociais, pois, é necessário compreender que as ideologias partiram dessas classes dominantes e as construções foram estabelecidas através dos interesses destas. E ainda, o sistema capitalista é constituído do patriarcado, da colonialidade, estruturas que partem da violência, exclusão e segregação, que possam justificar a acumulação de capital nas mãos de uma minoria. (VERGÈS, 2020)

A partir disso, o feminismo não pode ser resumido como um movimento que busca igualdade de gênero, porque não engloba apenas essa categoria. O feminismo decolonial compreende as estruturas sociais e as suas bases, visto que tem um aporte teórico de mulheres negras que lutam contra o racismo, o capitalismo e a colonialidade. (ibidem) Ou seja, ser uma mulher negra, como foi dito, é estar sobre mais de um tipo de discriminação, que envolve mais de um determinante social, o que a torna também um sujeito político, dado que a sua própria vida é constituída de resistência e de luta.

Decorrente disso, a interseccionalidade surge através das considerações das feministas negras. Contudo, como já foi pontuado, aparece atrelado à Crenshaw, que foi a formuladora do uso da palavra "interseccionalidade" para abarcar, primeiramente, as categorias de raça, gênero e classe, mas que pode ser atribuída às demais categorias sociais, entretanto, este trabalho baseou-se nessas três.

A interseccionalidade, que nesta pesquisa foi debatida, é um instrumento de análise que tem o objetivo de pensar as estruturas sociais, as relações de poder e dominação, permitindo o melhor entendimento acerca das particularidades de cada indivíduo, das suas identidades, visto que estes são sujeitos múltiplos, que não poderiam ser analisados através de um de seus determinantes sociais. Além disso, como pode-se perceber durante o trabalho, foi um meio importante de oferecer voz aos cidadãos sistematicamente silenciados pelas relações e construções socioculturais, que sempre estiveram à margem desta ordem social. (TÁBOAS, 2021)

Sendo assim, a interseccionalidade surge como ferramenta analítica para enriquecer a análise crítica dos assistentes sociais, que estarão aptos para compreender, de maneira mais completa, os sistemas de opressão que compõem as bases que originaram o corpo social. Isto é, dado que estes profissionais têm a incumbência de intervir na questão social, que como vimos, foi ocasionada através da

questão racial, é necessário que os assistentes sociais tenham um conhecimento acerca do debate interseccional, que propicia a aproximação com as vivências e realidades dos seus usuários. (IAMAMOTO, 1998)

Dessa forma, para que os profissionais de Serviço Social sejam capazes de formular políticas públicas que combatam à questão social, é preciso que estes mantenham-se em um estudo contínuo, acompanhando os avanços da sociedade para propor estratégias de enfrentamento às diversas expressões da desigualdade, abrangendo também os determinantes sociais intrínsecos à sociedade, com destaque às categorias de raça, gênero e classe, que possibilita uma visualização melhor sobre as desigualdades sociais que estão para além do determinante social de classe. (COLLINS e BILGE, 2020)

Diante disso, é evidente que o marxismo, apesar de ser uma teoria que promoveu o insight do Serviço Social, além de ainda representar uma leitura próxima do contexto da sociedade, seria melhor aplicada caso viesse atrelada com a interseccionalidade, especialmente no que diz respeito aos recortes de raça, gênero e classe, como foi discutido no capítulo anterior. Sendo assim, a perspectiva interseccional é uma lente que aproxima os assistentes sociais do seu objeto de estudo, a questão social, oferecendo-lhe uma melhor compreensão.

Dessa forma, a pesquisa atingiu os seus objetivos propostos nas considerações iniciais, visto que a relevância da perspectiva interseccional foi apontada, assim como, foram apresentadas as contribuições desta ferramenta analítica para análise crítica do assistente social. Além disso, o presente estudo se debruçou sobre o feminismo negro, inclusive como método teórico-metodológico; e conseqüentemente, discorrendo e pontuando sobre a perspectiva interseccional, resultado deste feminismo não-hegemônico. E ainda, houve um estudo e avaliação das contribuições desta ferramenta analítica para edificar a análise crítica dos profissionais de Serviço Social, o que também responde à pergunta de pesquisa: “Como a perspectiva interseccional pode contribuir para a análise crítica do assistente social?”

Isto é, de maneira resumida, percebe-se que a interseccionalidade representa uma possibilidade do Serviço Social aprofundar a análise racial, de gênero e de classe, o que somada ao marxismo, possibilitaria uma visão mais ampla da complexidade presente na organização social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, 2016.

AGUIAR, Samara; PAES, Valquiria; REIS, Sônia. **Mulher, Mãe, Dona de Casa e Esposa: Dificuldades e superações para ingressar e permanecer na Universidade Pública.** In: Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista, Bahia. v. 7, n. 7, p. 4935-4951, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALCANTARA, I. L. S.; CORREIA, A. N. S. **A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.** In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2019. Anais eletrônicos [...] . Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/abepss/article/view/23233>. Acesso em 22 jul. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALVARES, M. E. M.; REGO, A. B. L. S. **Violência de gênero e COVID-19: interseccionalidade e vulnerabilidade da mulher no Maranhão.** Argumentum, v. 13, n. 3, p. 103-120, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i3.34784. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34784>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades.** Bahia: UFB, 2019.

BARBOSA, Isabelle; NÓBREGA, Fábio. **Pernambuco teve um feminicídio a cada 4,5 dias no primeiro semestre de 2022, apontam dados da SDS.** Folha de Pernambuco, 13 ago. 2022. Violência. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/pernambuco-teve-um-femicidio-a-cada-45-dias-em-2022-saiba-como/236688/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, R. A. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. Tese (mestrado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 128. 2005.

BARTHOLOMEU, J. **Escrevivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez ao pensamento Social Brasileiro**. Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, São Paulo, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11758>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRAZ, M. **Mudança no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais**. In: BRAVO, M. I. S.; MENESES, J. B. Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos. São Paulo: Expressão Popular, 2012

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, 2020. Disponível em: [https://www1.unicap.br/neabi/?page\\_id=137](https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137). Acesso em 5 ago. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 2003.

CARVALHO, S. C. de S. **Eurocentrismo e Racismo: o fetiche nas relações sociais da sociedade capitalista**. SER Social, v. 19, n. 41, p. 296–313, 2018. DOI: 10.26512/ser\_social.v19i41.14941. Disponível em:

[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14941](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14941). Acesso em: 18 jul. 2022.

CARVALHO, S. C. S. **QUESTÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA RACIAL**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2019. Anais eletrônicos [...] . Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22597>. Acesso em 22 jul. 2022.

CASTRO, Carla; CASTRO, André. **DA IMAGEM DE SUBMISSÃO DA MULHER À FORMAÇÃO DE UMA REDE PROTETIVA**. In: XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2016. Anais eletrônicos [...] . Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/7236>. Acesso em 12 jul. 2022.

CISNE, M.; FERREIRA, V. **Feminismo e desigualdade: uma análise materialista das relações de opressão-exploração das mulheres**. Argumentum, v. 13, n. 3, p. 7-20, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i3.37191. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/37191>. Acesso em: 21 jul. 2022.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COELHO, Andreza; GOMES, Sansarah. **O MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E SUAS PARTICULARIDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA**. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, São Luís. Anais [...] São Luís: UFMA, 2015.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia feminista negra**. In: COSTA, J.B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. ed. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/se-perdeu-na-traducao-feminismo-negro-interseccionalidade-e-politica-emancipatoria/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

COROSSACZ, V. R. **ABUSOS SEXUAIS NO EMPREGO DOMÉSTICO NO RIO DE JANEIRO: A IMBRICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CLASSE, GÊNERO E “RAÇA”**. *Temporalis*, v. 14, n. 28, p. 299-324, 2014. DOI: 10.22422/2238-1856.2014v14n28p299-324. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/8214>. Acesso em: 3 ago. 2022.

COSTA, Claudia de Lima. **Feminismos descoloniais para além do humano**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2014.

CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **“A construção jurídica da igualdade e da diferença”**. In: DORA, Denise Dourado (Org.). *Feminino masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 17-26.

DAVIS, Angela. **ESTARÃO AS PRISÕES OBSOLETAS?**. Tradução de Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas**. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo, Cortez, 2014.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. **Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social**. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, n. 140, p. 84-100, São Paulo, 2021.

GONÇALVES, J. R.; LEITÃO, L.; ARAÚJO, M.; TEIXEIRA, P. **Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio**. G1, 14 mar. 2018. G1 Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2022.

GONÇALVES, Renata. **Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro**. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GREGORI, J. de. **Feminismos e Resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos**. Caderno Espaço Feminino, v. 30, n. 2, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/38949>. Acesso em: 2 ago. 2022.

HENNING, C. E. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Mediações, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18588>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. DOI: 10.1590/S0103-20702014000100005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 6 ago. 2022.

HIRATA, Helena. **GÊNERO, PATRIARCADO, TRABALHO E CLASSE**. Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em: 12 jul. 2022.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, p. 193-210, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2237>. Acesso em: 13 ago. 2022.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. 1. ed. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. 2014.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

**Influencer Liliane Amorim morreu por infecção após perfuração no intestino, aponta laudo**. G1, 2 fev. 2021. G1 Ceará. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/02/02/influencer-liliane-amorim-morreu-por-infeccao-apos-perfuracao-no-intestino-aponta-laudo.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2022.

JÚNIOR, R. P. F. **Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 152-161, 2013.

KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2019.

LIMA, N. D. F. **Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro**. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 242-251, 2022.

LUGONES, Maria. **“Colonialidade e gênero”**. Tabula rasa, n. 9, p. 73-102, 2008.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas Florianópolis, 2014.

MAIA, Gustavo. **Número de denúncias de estupro no Brasil tem aumento de 18,6% em 2022**. Veja, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/numero-de-denuncias-de-estupro-no-brasil-aumenta-76-em-2022/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. **“Mais branca que eu?»: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n161749. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61749>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MARTINS, T. **DETERMINAÇÕES DO RACISMO NO MERCADO DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES NA “QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA**. Temporalis, v. 14, n. 28, p. 113–132, 2014. DOI: 10.22422/2238-1856.2014v14n28p113-132. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MARTINS, T. **Oposição entre as Lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?**. SER Social, v. 19, n. 41, p. 275-295, 2018. DOI: 10.26512/ser\_social.v19i41.14686. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14686](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14686). Acesso em: 17 jul. 2022.

MARTINS, T. **Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil**. Revista Inscrita, Brasília, v. 10, n. 14, p. 10-17, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site/13>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MARX, K. **Manifesto comunista**. Tradução de. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **O método da economia política**. In: FERNANDES, Florestan (Orgs.). Marx e Engels: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989b. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MOLINA, José Artur. **O que Freud dizia sobre as mulheres**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109164>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MORAES, E. L. **A interseccionalidade: Um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe**. Letras & Letras, v. 36, n. 1, p. 261-276, 2020. DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-14. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/50792>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.

MULLER, Crisna; BESING, Márcia. **A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MULHER NO BRASIL: DA SUBMISSÃO À CIDADANIA**. Rev. Augustus, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 25-46, 2018. DOI: 10.15202/1981896.2018v23n45p25. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/147>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. GELEDÉS. Rio de Janeiro, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA, 2004, Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz; GONZALEZ, Lélia; CARNEIRO, Sueli. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Organização Heloisa Buarque de Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, E. C.; CABRAL, F. P.; CERQUEIRA, L. S. **A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO NO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE ANÁLISE DOS DADOS DO IBGE ANO BASE 2016**. Diversidade e Educação, v. 7, n. Especial, p. 68-83, 2019. DOI: 10.14295/de.v7iEspecial.9493. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9493>. Acesso em: 18 ago. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, C. N.; LISBOA, T. K. **Experiências Interseccionais na Formação Profissional: Contribuições das Epistemologias Feministas para o Serviço Social**. In: XX ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO (REDOR), 2018, Salvador. Anais eletrônicos [...] Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com.br/site/index.php/acervo/anais/anaisredor/redor-2018>. Acesso em: 14 jul. 2022.

OLIVEIRA, C. N.; LISBOA, T. K. **SERVIÇO SOCIAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: o que a “cegueira ideológica” não permite ver**. Revista Feminismos, Bahia, v. 3, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, J.; PINTO, E.; ALVES, R. **NA CARONA DO MARXISMO: O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL VISTO PELA PERSPECTIVA MARXISTA**. Revista Serviço Social em Perspectiva, v. 1, n. 1, p. 83-102, 2020.

Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/798>.

Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. **Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais**. SER Social, v. 19, n. 41, p. 385-397, 2018. DOI: 10.26512/ser\_social.v19i41.14945.

Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14945](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14945).

Acesso em: 12 ago. 2022.

OLIVEIRA, Rosane; PAULINO, Sílvia. **VADIAGEM E AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE DA POPULAÇÃO NEGRA URBANA PÓS- ABOLIÇÃO**. Direito em movimento, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 94-110, 2020.

PACHECO, A. C. L. **A Mulher negra: Afetividade e solidão**. Salvador: Edufba, 2013.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PEREIRA, G. V. **A interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários dos Centros de Referência de Assistência Social do município de Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 218. 2020.

PIRES, L. N.; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. L. M. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza**. Made-USP, 22 abr. 2021. Disponível em:

<https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 06 de mar de 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, ANA; Santos, Rosa. **A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL**. In: XX ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO (REDOR), 2018, Salvador. Anais eletrônicos [...] Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com.br/site/index.php/acervo/anais/anaisredor/redor-2018>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (doutorado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 217. 2008.

SANTOS, Pamela. **Memórias de plantação: escritos de Grada Kilomba**. Revista Teias, v. 22, n. 66, p. 468-471, ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/55172>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SCHOELLER, Martin. **Veja quem são as 10 pessoas mais ricas do mundo em 2022**. Forbes, 6 abr. 2022. Forbes Money. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/04/bilionarios-2022-veja-quem-sao-as-10-pessoas-mais-ricas-do-mundo/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SEMÍRAMIS, Cynthia. **O padrão estético da mulher na mídia**. GELEDÉS, 13 abr. 2012. Comunicação. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-padrao-estetico-da-mulher-na-midia/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SILVA, A. L. G.; SILVA, J. J. C.; RODRIGUEZ, V. M. A. **Interseccionalidades em pauta: gênero, raça, sexualidade e classe social**. Salvador: Edufba, 2020.

SILVA, J. F. S. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, 2007.

SILVA, J. G. F. **Lugones e o escurecer do ensino de história**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n185047. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/85047>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, Jarlene. **SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E RAÇA: a interseccionalidade desses temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & Sociedade**. Brasília, 2017.

SOUZA, V. B. **GÊNERO, MARXISMO E SERVIÇO SOCIAL**. Temporalis, v. 14, n. 27, p. 13-31, 2014. DOI: 10.22422/2238-1856.2014v14n27p13-31. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429>. Acesso em: 5 ago. 2022.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades>.

Acesso em: 29 jul. 2022.

TÁBOAS, Ísis. **“Apontamentos materialistas à interseccionalidade”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5v8j75N8f4J59SkxKwy4Qpf/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

## APÊNDICE A – Artigos que versam acerca da interseccionalidade, mesmo que de forma introdutória

1

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
VIOLÊNCIA E RACISMO NA VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS: INVISIBILIDADE DE PERVERSA	Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades. Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero e raça.	PATRICIA KRIEGER GROSSI	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23590">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23590</a>	Esse artigo tem por objetivo refletir sobre a violência e o racismo institucional presentes na estrutura da sociedade e os reflexos nas mulheres quilombolas. A partir de entrevistas com mulheres quilombolas, profissionais e lideranças, identificou-se que a violência contra a mulher quilombola é invisibilizada e dificultada pelo acesso à rede de proteção especializada. O racismo institucional se manifesta através do acesso precário às políticas públicas de saúde, assistência social e educação.	O artigo versa sobre o feminismo interseccional e a interseccionalidade, abordando-a como ferramenta para ampliação do olhar.

2

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
ENVELHECIMENTO E INTERGERACIONALIDADE	Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e	ROGÉRIO DO NASCIMENTO SILVA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23491">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23491</a>	Este ensaio teórico tem como finalidade propor uma	O artigo aborda a interseccionalidade como forma de

	Serviço Social			reflexão sobre os paradigmas e desdobramentos em torno da questão do envelhecimento para a pessoa idosa e para a sociedade como um todo. Pensar sobre os elementos invisibilizados que refletem a diversidade e multidimensionalidade do processo de envelhecimento através das interseções no que se refere a gênero, raça, etnia, classe e geração. Neste sentido é necessário pensar sobre estratégias de enfrentamento do preconceito a população idosa a partir de uma nova concepção do envelhecer.	referir-se a avenidas identitárias.
--	----------------	--	--	---	-------------------------------------

## 3

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA URBANA EM FAVELAS E PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	SANDRA MONICA DA SILVA SCHWARZSTEIN NIVIA VALENÇA BARROS	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23287">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23287</a>	As favelas cariocas, impactadas pela violência, são o palco da luta "invisível" de mulheres que buscam paz, justiça e garantia do direito à vida de suas famílias e	Analisa a interseccionalidade como um conceito para somar quanto à percepção de mulheres em contexto de violência urbana em favelas e periferias do

				<p>suas comunidades. Revendo a literatura, refletimos sobre as trajetórias dessas mulheres, de baixa escolaridade, provedoras do sustento e cuidado de suas famílias. Constatamos que, consciente ou inconscientemente, elas recorrem aos aprendizados tradicionais de gênero, como a maternagem e proteção, para sair de suas casas e ocupar as ruas, rompendo com a dicotomia entre o público e o privado e, consequentemente com a discriminação entre homens e mulheres.</p>	Rio de Janeiro.
--	--	--	--	--	-----------------

4

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
IDOSOS QUILOMBOLAS, IDENTIDADE ÉTNICA E MEMÓRIA	Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e Serviço Social	SIMONE BARROS DE OLIVEIRA JOÃO VITOR BITENCOURT ROSEMARI PAIM DA SILVA CASSIA ALINE BULSING MAIA ELIANE	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22690">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22690</a>	Estudo qualitativo, de natureza exploratória, que objetiva dar visibilidade às pessoas idosas nas comunidades remanescentes de quilombos e	Aborda o enfoque interseccional para utilizar de determinantes sociais diversos.

		MOREIRA DE ALMEIDA		<p>seus processos de identidade nas relações com as diferentes gerações. As narrativas são submetidas à análise de conteúdo temática. Os resultados parciais apontam que os idosos são a principal referência da identidade étnica nas comunidades quilombolas, alguns, muito atuantes no processo de construção e manutenção da comunidade. As lideranças atuais têm na pessoa idosa a memória viva que se torna coletiva para as gerações futuras.</p>	
--	--	--------------------	--	--	--

5

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
<p>“TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE”: QUESTÃO SOCIAL, FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E CONSERVADORISMO SOB A MARCHA DA CONTRADIÇÃO</p>	<p>Comunicações orais - Trabalho, Questão Social e Serviço Social.</p>	<p>PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO</p>	<p><a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22502">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22502</a></p>	<p>O presente artigo tem como finalidade aprofundar uma reflexão sobre elementos que articulam os fundamentos da questão social, a particularidade da formação sócio-histórica do Brasil com</p>	<p>Aponta rapidamente a interseccionalidade e afirma que o conceito pode enriquecer a compreensão acerca da questão social.</p>

				<p>os diversos preconceitos e opressões em voga na contemporaneidade, buscando compreender o aspecto valorativo dado às expressões da questão social ante a naturalização da unidade exploração-opressões. Os valores e costumes dominantes constituídos ao longo da história no Brasil se apresentam como derivações que são influenciadas pelo modelo patriarcal, naturalizando a heterossexualidade como única forma de orientação sexual, a branquitude como modelo e a família nuclear como possibilidade exclusiva.</p>	
--	--	--	--	---	--

6

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: INDICAÇÕES APRESENTADAS NO PLANO	Comunicações orais - Movimentos Sociais e Serviço Social	ISABELLE PINTO MENDONCA VÂNIA CARVALHO SANTOS	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23493">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23493</a>	O presente artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas para as mulheres indicadas no	Utiliza o conceito da interseccionalidade para somar em sua análise sobre as políticas públicas para

NACIONAL BRASILEIRO				<p>Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Este documento vai orientar o desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres reconhecendo que a questão perpassa pela perspectiva de gênero e também de classe e raça. A base teórica deste artigo ampara-se na reflexão sobre a situação da mulher no contexto societário atual. Por esta razão, analisou-se o III PNPM, visando verificar as indicações sobre as políticas direcionadas para as mulheres e problematizar a situação da mulher e as demandas postas para cada política.</p>	as mulheres, pensando a sociedade brasileira através desta ferramenta.
---------------------	--	--	--	--	--

7

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS EM FORTALEZA: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS	Comunicações orais - Política Social e Serviço Social	LEILA MARIA PASSOS DE SOUZA BEZERRA GRAZIELA DE OLIVEIRA ALMEIDA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22650">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22650</a>	Este artigo analisa narrativas e experiências de mulheres negras usuárias de Centros de Referência da	O artigo utiliza o termo interseccionalidade para abordar categorias que se conectam e se influenciam

<p>USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA (CE)</p>				<p>Assistência Social (CRAS) em Fortaleza–CE acerca da Política de Assistência Social (PAS). Tematiza sobre as relações interseccionais entre gênero, etnia-raça e situação de pobreza como estruturantes das dinâmicas socioterritoriais de materialização desta política pública. Problematiza as normativas desta política pública e em sua implementação nos CRAS. Adotou-se a abordagem qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada e observação. Os resultados indicaram não priorização das particularidades do perfil majoritário das usuárias dos serviços socioassistenciais. As interlocutoras não percebem a PAS como direito e constroem suas microrresistências.</p>	<p>mutuamente.</p>
--	--	--	--	---	--------------------

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
O MOVIMENTO SOCIAL FEMINISTA E AUTONOMIA DAS MULHERES	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	RENATA RAFAELA BRAZ PEREIRA DE OLIVEIRA DARIANA MARIA SILVINO	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22531">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22531</a>	O feminismo como movimento social, busca igualdade, liberdade, direitos e oportunidades para as mulheres, rompendo papéis sociais construídos e padrões postos, ao longo da história, pela existência do patriarcado, sexismo e capitalismo nas suas vidas. Existência da autonomia, como princípio norteador para a auto representação, ação política e financeira das mulheres, independente de atuação de ONGs, partidos ou instituições, militando em nome do movimento. Trazemos assim, as vivências e as várias experiências femininas. Na contemporaneidade, vemos o processo de desonguização, na construção do sujeito político organizado, autônomo em coletivo total.	Utiliza o conceito superficialmente e a perspectiva interseccional de maneira introdutória para enriquecer o seu estudo.

9

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
PESSOAS LGBTI EM CUIDADOS PALIATIVOS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA O DEBATE	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidade	MARIANA AGUIAR BEZERRA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23288">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23288</a>	O presente estudo apresenta o resultado parcial de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, a qual tem como objetivo refletir como o assistente social pode contribuir para efetivar um atendimento de qualidade e sem preconceitos às pessoas LGBTI em acompanhamento por uma equipe de cuidado paliativo e seus familiares.	Utiliza a interseccionalidade apenas para abordar alguns marcadores sociais e a sua correlação.

10

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO: UM DEBATE NECESSÁRIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Comunicações orais - Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	MAGALY NUNES DE GOIS ITANAMARA GUEDES CAVALCANT E SÍLVIA MARIA SILVA FRANÇA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22659">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22659</a>	O artigo apresenta uma discussão sobre a temática gênero na formação profissional do Serviço Social, a partir dos resultados da pesquisa PIBIC "A Formação Profissional do Serviço Social no Brasil e as Questões de Gênero, de Geração, de Raça/Etnia	Utiliza da interseccionalidade para explicar o objetivo de um grupo de pesquisa e trabalho (GTP).

				<p>ede Direitos Humanos”, que tem por objetivo mapear os cursos de Serviço Social das IES públicas que apresentam em suas estruturas curriculares componentes/disciplinas que tratam da temática gênero. O recorte para análise da temática é fruto da necessidade de aprofundar a discussão na formação profissional, compreendendo que o gênero com a classe e a raça/etnia são componentes estruturantes das relações sociais.</p>	
--	--	--	--	---	--

## 11

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
<p>A DISCUSSÃO ACERCA DO PERFIL DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL E SUA PROBLEMATIZAÇÃO PELA COR E CLASSE SOCIAL</p>	<p>Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades</p>	<p>IZABELLE CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS</p>	<p><a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22506">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22506</a></p>	<p>Este artigo tem como objetivo discutir sobre o perfil do encarceramento feminino no Brasil, a partir de uma análise social e racial, que permita maiores compreensões sobre o sistema prisional dentro dessa</p>	<p>O artigo utiliza a perspectiva interseccional para a compreensão dos processos estruturantes que confluíram para a vulnerabilização desta população.</p>

				<p>perspectiva. A partir desse entendimento, propõe-se refletir qual a relação de fatores como o racismo institucional e criminalização da pobreza no processo de encarceramento em massa dessas mulheres. O aumento da população carcerária feminina no Brasil instiga o debate em relação a esse cenário, que revela um crescimento significativo de mulheres privadas de liberdade, sobretudo mulheres negras e pobres.</p>	
--	--	--	--	--	--

## 12

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
A QUESTÃO SOCIAL EM DEBATE: PROBLEMATIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	Comunicações orais - Trabalho, Questão Social e Serviço Social.	MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES ERMILDES LIMA DA SILVA LOUISE OLIVEIRA RAMOS MACHADO GABRIELA BONFIM SILVA COUTINHO YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/28600">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/28600</a>	O texto resulta de estudos sobre o significado da questão social, vindo de um grupo que se propõe a alimentar o debate teórico-conceitual, bem como a compreensão da questão social como objeto da profissão. A exposição está dividida	Aborda a interseccionalidade para enriquecer trazendo perspectivas que debatem o tema da autora, onde ela aborda a interseccionalidade rapidamente.

				<p>em três itens, buscando explicitar a compreensão do seu significado, demarcando que a emergência da questão social está imbricada ao processo de consolidação do modelo econômico capitalista. Apresenta a síntese do estudo de autores contemporâneos do serviço social, buscando identificar como expuseram sua interpretação do conceito. E por fim, aponta questões que remetem ao processo de construção de conhecimento.</p>	
--	--	--	--	---	--

## 13

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
AS EXPRESSIVIDADES DE CLASSE NA RAÇA: UMA ANÁLISE SOCIAL DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE PARTINDO DAS NARRATIVAS DE ESTUDANTE	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	VANESSA DE SANTANA SANTOS <sup>1</sup> VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23547">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/23547</a>	O artigo propõe o debate sobre as expressividades de classe na raça, sendo inspirado a partir da dissertação de mestrado sobre Adesão e Trajetória das	Aborda em seu texto acerca da interseccionalidade e de sua importância, bem como a sua origem através do black feminism.

S NEGRAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA				Estudantes Negras no Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Valendo-se das narrativas coletadas durante as entrevistas de campo que mostram, a grande expressividade e que a questão da classe tem meio à discussão racial.	
---	--	--	--	---	--

14

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo	Observação
“PORQUE SOMOS MULHERES, POBRES E NEGRAS”: UM BALANÇO SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO OFICINAS SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: “MEU CORPO, MINHAS REGRAS” EM RECIFE – PE	Posterres	TATIANE MICHELE MELO DE LIMA; LÉIA GENESES DE SOUZA; PATRICK MATHEUS DE OLIVEIRA; BEATRIZ SOARES BEZERRA.	<a href="https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22196">https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22196</a>	Esse artigo objetiva uma reflexão sobre os achados do projeto de extensão “Oficinas sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos: ‘MEU CORPO, MINHAS REGRAS’”, no que se refere a interpretação das mulheres sobre os marcadores de gênero, raça e classe social e sua relação com a violência obstétrica.	O artigo utiliza da interseccionalidade como forma de analisar os marcadores sociais presentes na violência obstétrica, enriquecendo a sua análise e utilizando desta para explicitar suas considerações.

## APÊNDICE B – Artigos que abordam categorias de gênero, raça e/ou classe

1

Título	Autor	Eixo	Link	Resumo
CORRELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E QUESTÃO SOCIAL: A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA FRENTE A ESSA CONJUNTURA	JÉSSICA LINE DE LIMA	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22242">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22242</a>	Este artigo debate acerca da correlação entre violência estrutural e questão social imperativas no Brasil e seus impactos na vida dos sujeitos em situação de desigualdade social. Considera elementos como raça e gênero, tendo como objeto de estudo, mulheres negras num contexto de violências sofridas. Reflete acerca dos rebatimentos dessas problemáticas na realidade dessas mulheres, sobretudo as que vivem em situação de pobreza. Objetiva coletar dados e informações acerca das várias formas de violações de direitos dessas mulheres, apresentar os processos históricos que as situaram na posição de minoria social e debater formas de intervenção frente a esta questão.

2

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
AS MULHERES	Comunicações	TALITA	<a href="https://periodicos.">https://periodicos.</a>	A formação sócio-

<p>NEGRAS E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO BRASIL: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS</p>	<p>orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opresão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades</p>	<p>TEIXEIRA DE PAIVA; ANA PAULA DA SILVA CAMPOS</p>	<p><a href="https://ufes.br/abepss/article/view/22329">ufes.br/abepss/article/view/22329</a></p>	<p>histórica, econômica e cultural brasileira legou às mulheres, principalmente as negras, traços de subalternidade que trazem heranças marcadas pela discriminação em várias faces. Considerando essa situação, as mulheres negras buscaram se organizar no movimento negro e nas lutas feministas e, na contemporaneidade, tem construído um conjunto de iniciativas que se materializam no chamado feminismo negro. Sendo assim, este artigo objetiva apresentar, baseado em uma pesquisa bibliográfica, a situação da mulher negra dentro da sociedade brasileira, bem como a emergência de um feminismo negro.</p>
---	---	---	--	---

3

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
<p>RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: A CIDADANIA INCONCLUSA DAS MULHERES NEGRAS</p>	<p>Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opresão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades</p>	<p>CIBELE DA SILVA HENRIQUES</p>	<p><a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22364">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22364</a></p>	<p>O presente artigo visa refletir sobre as relações raciais no Brasil, em particular, a luta das mulheres negras pelos direitos civis, políticos e</p>

				<p>sociais, processo que foi tecido por intermédio de lutas quer remonta do período da escravidão até os dias atuais. A cidadania das mulheres negras é um processo inconcluso no Brasil que foi vilipendiado pelas elites dominantes e dirigentes que delegaram aos de “cor” uma inserção secundária. Assim sendo, o processo de lutas pela cidadania negra consiste numa tarefa necessária para as futuras gerações, haja vista que vivemos 400 anos de escravidão e pouco menos de trabalho livre.</p>
--	--	--	--	---

4

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
DIVERSIDADE HUMANA, DIVERSIDADE SEXUAL E CONSUBSTANCIALIDADE- COEXTENSIVIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, RAÇA E SEXO	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	MICHAEL HUDSON DANTAS; LARISSA SOUZA PINHEIRO	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22551">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22551</a>	O objetivo deste trabalho é entender de que maneira a perspectiva consubstancial e coextensiva das relações sociais de classe, raça e sexo contribui para a análise e enfrentamento das opressões e da exploração que está inserida a classe trabalhadora em sua diversidade e, especialmente, a população de Lésbicas, gays,

				<p>bissexuais, travestis e transexuais. Isto posto, por meio da divisão social, sexual e racial do trabalho, estabelecem-se as relações de antagonismos que determinarão a maneira com que os indivíduos se organizarão nessa sociabilidade, e a forma como o trabalho de negros(as), mulheres e LGBT's serão apropriadas para a extração da mais-valia.</p>
--	--	--	--	--

5

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
Raça, classe e serviço social: contribuições ao debate	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	SANDRA REGINA VAZ DA SILVA; JOÃO PAULO DA SILVA VALDO; NELSON COELHO COSTA; VANESSA AUGUSTO DA SILVA; DAIANE DA SILVA ALFREDO	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22766">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22766</a>	O presente artigo é resultado de debates e reflexões em um grupo de estudos e pesquisa sobre a questão racial e o Serviço Social, em uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro. Busca apresentar a constituição da luta antirracista articulada à luta de classes no Brasil, identificando através da história do movimento negro, os principais elementos que oportunizaram este encontro. Procura também estabelecer reflexões sobre a

				importância e atualidade da luta antirracista e anticapitalista na contemporaneidade, apontando os desafios atuais para a esquerda e o significado da temática para o Serviço Social brasileiro.
--	--	--	--	--

6

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
QUESTÃO SOCIAL – A CONSUBSTÂNCIA DA CLASSE E GÊNERO	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	QELLI ROCHA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22817">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22817</a>	O presente artigo tem por objetivo problematizar a Questão Social no Brasil e suas particulares. Para tanto, apresentará o debate sobre as relações sociais de gênero e raça compreendendo como o modo de produção capitalista tardio no Brasil corrobora para a economia de dependência, para superexploração das mulheres e superacumulação capitalista imperialista. Também, a reflexão sobre a construção de identidades/identitárias. Parte da análise bibliográfica sobre Questão Social-sobreacumulação – superexploração, com base na perspectiva marxista.

7

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
ENEGRECER DO FEMINISMO BRASILEIRO: O ECOAR DE UM GRITO POR PROTEÇÃO E NÃO VULNERABILIDADE	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	RAYANE STEPHANE MELO DE MOURA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22858">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22858</a>	Este artigo tem como objetivo analisar a mobilização e luta do movimento feminista negro por proteção e não vulnerabilidade dentro da sociedade brasileira. Foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, onde foram analisados autores que discutem a temática. O estudo evidenciou que a luta do feminismo negro faz-se necessária dentro da sociedade brasileira, pois o racismo ainda é um condicionante fortíssimo, além da luta contra o machismo, patriarcalismo, sexismo, que são acometidos principalmente contra as mulheres negras, por conta de toda uma trajetória histórica de opressão que as mulheres negras vivenciam.

8

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
ETHOS PROFISSIONAL E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO	Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades	KERLANNY DO AMARAL SOUSA 1 REGINA TEODÓSIO DOS SANTOS RODRIGUES PAIXÃO	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23414">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23414</a>	Este estudo apontou como objetivo geral analisar o ethos profissional e a instrumentalidade do Serviço Social na intervenção à

<p>À MULHER NEGRA: REFLEXÕES PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL</p>				<p>mulher negra em situação de violência intrafamiliar atendida no Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher – CREAM de Santarém, com a abordagem das análises quantitativas e qualitativas orientada pelo materialismo histórico-dialético. As ponderações desta pesquisa indicam a necessidade de eliminar a naturalização da violência e aponta para a relevância em perceber o gênero com o recorte de raça e classe, considerando o arcabouço ético-político e teórico-metodológico do serviço social pela efetivação dos direitos sociais.</p>
--	--	--	--	---

9

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
<p>MULHERES NEGRAS, RACISMO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIAS</p>	<p>Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades</p>	<p>DAIANE DAINÉ DE OLIVEIRA GOMES<sup>1</sup> ELANE MENDONÇA CONDE CARNEIRO<sup>2</sup> MARIA ZELMA DE ARAUJO MADEIRA</p>	<p><a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23419">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23419</a></p>	<p>Este estudo objetiva dar visibilidade a realidade social vivenciada por mulheres negras no processo sociohistórico brasileiro considerando a articulação entre o racismo estrutural, o sexismo e o capitalismo. Destacamos o</p>

				<p>que sofreu ruptura e o que se repõe em uma sociedade de passado escravista e ranço patriarcal. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental analisamos dados sobre violência e violações de direitos contra as mulheres negras demonstrando a funcionalidade dessas opressões e exploração para a reprodução do capitalismo. Contudo, são múltiplas as resistências exercidas pelas mulheres negras na cena contemporânea que nos permitem vislumbrar mudanças sociais concretas.</p>
--	--	--	--	---

## 10

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
SOMOS A MESMAS E VIVEMOS COMO NOSSAS MÃES: GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL, MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES, DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	Posterres	SILVÂNIA SANTOS GRACIANO1 ABIGAIL MARINHO DOS SANTOS2 SEBASTIANA INES EGÍDIO NEVES3 MARIA ISABEL DE ASSIS4	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22172">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22172</a>	Os estudos buscam proporcionar apropriação e aprofundamento da temática étnicoracial e gênero para fomentar pesquisas de iniciação científica e TCC's. Objetiva ainda visibilizar a história e trajetória de mulheres, autoras negras, inscritas num processo histórico

				<p>patriarcal, racista e capitalista, que desqualifica, estigmatiza, inviabiliza suas trajetórias e a identificação de suas carências. Cabe dizer que o caminho estabelecido pelo núcleo, ao ponderar sobre o cotidiano de mulheres negras, evidenciar suas demandas, trajetórias acidentadas, revela suas capacidades intelectuais, ao mesmo tempo em que denunciam a dimensão simbólica da violência patriarcal e racista que teimam em oprimir calando-lhes a fala, impedindo sua mobilidade</p>
--	--	--	--	---

11

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
MULHERES NEGRAS: DESIGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO E AS POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS	Posterres	PRISCILA L LIRA	<a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22183">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22183</a>	<p>No campo da desigualdade social, a desigualdade racial no Brasil deveria estar na prioridade de atuação das Políticas Sociais. O Estado brasileiro fundado em raízes de opressão, responsável pelo processo de escravização do povo negro, e que no período de pós abolição não garantiu a</p>

				<p>população negra nenhum mecanismo de indenização ou políticas sociais visando a garantia de condições de reprodução da vida dessa população. Desta forma, este trabalho visa analisar o impacto de Programas de Transferência como o Bolsa Família na última década, como mecanismo de superação da miserabilidade, especialmente entre as mulheres negras.</p>
--	--	--	--	---

## 12

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
<p>RACISMO, SEXISMO, CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA: DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO RACIAL E DE GÊNERO NAS POLÍTICAS SOCIAIS</p>	<p>Mesa coordenada Feminismo, direitos e diversidade</p>	<p>ANA PAULA PROCÓPIO DA SILVA</p>	<p><a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22106">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22106</a></p>	<p>Reflexões preliminares da pesquisa que articula racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora como desafios à consolidação da igualdade racial e de gênero nas políticas sociais. O racismo e o sexismo fundamentam as sociedades capitalistas pós-coloniais e dinamizam a hegemonia burguesa. A crise contemporânea do capital agudiza a exploração e bloqueia o financiamento e a promoção de</p>

				<p>políticas públicas de igualdade racial e de gênero no interior das políticas sociais.</p> <p>O conservadorismo como condicionamento ideológico da classe trabalhadora imputa como naturais as desigualdades determinadas por raça e gênero.</p>
--	--	--	--	--

## 13

Título	Eixo	Autor	Link	Resumo
<p>QUEREMOS IGUALDADE? A DIALÉTICA DAS DIFERENÇAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DAS DISPARIDADES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NO BRASIL</p>	<p>Mesa coordenada Relações étnico-raciais, trabalho, direitos e políticas sociais</p>	<p>GRACYELLE COSTA FERREIRA</p>	<p><a href="https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22112">https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22112</a></p>	<p>O trabalho objetiva apresentar de forma sumária a agenda das políticas públicas brasileiras no enfrentamento das disparidades étnico-raciais e de gênero e na promoção de relações menos injustas nestes termos. O intuito é apresentar ao Serviço Social a relevância da incorporação deste debate como componente da intervenção profissional.</p>